

An aerial photograph of a wide river flowing through a lush green landscape with many palm trees. A white boat is moving down the river, leaving a wake. A large white graphic of a water drop is overlaid on the left side of the image, with its top point at the top of the river and its bottom curve following the river's path. The sky is bright with some clouds.

Relatório de Gestão

2025



Brasília – DF
Codevasf
2026



Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro da Integração e do Desenvolvimento Regional
ANTÔNIO WALDEZ GÔES DA SILVA

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

Diretor-Presidente
LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA

Diretor da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura
MARCIO ADALBERTO ANDRADE

Diretora da Área de Irrigação e Operações
ALESSANDRA CRISTINA ROSSIN

Diretor da Área de Revitalização e Desenvolvimento Territorial
JOSE VIVALDO SOUZA DE MENDONÇA FILHO

Diretor da Área de Governança e Sustentabilidade
LUCAS FELIPE DE OLIVEIRA

Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

Companhia de Desenvolvimento
dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

Relatório de Gestão

2025

CODEVASF 

Brasília – DF
Codevasf
2026

© 2026 – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf

É permitida a reprodução de dados e de informações contidas nesta publicação, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/auditorias/processo-de-contas-aneais>



Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf



SGAN 601 – Conjunto I – Edifício Deputado Manoel Novaes
CEP: 70.830-019 – Brasília-DF



(61) 2028-4611
(61) 2028-4660



www.codevasf.gov.br



presidencia@codevasf.gov.br

Elaboração

Área de Estratégia e Finanças

Área de Governança e Sustentabilidade

Normalização

Biblioteca Geraldo Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C737r

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba.

Relatório de Gestão 2025/Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Brasília: Codevasf, 2026.

100 p.: il., color.

1. Relatório de Gestão. 2. Codevasf. I. Título.

CDU 005"2026"(047.32)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ADPF – ARGUÍÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL

ANS – AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

ATRICON – ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

CASEC – CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS EMPREGADOS DA CODEVASF

CGD – COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

CODEVASF – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

E-SIC – SISTEMA ELETRÔNICO DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO

IA – INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

IDSS – ÍNDICE DE DESEMPENHO DA SAÚDE SUPLEMENTAR

iESGo – ÍNDICE DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

IG-SEST – INDICADOR DE GOVERNANÇA DA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

InPACTO – INSTITUTO PACTO NACIONAL PELA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

LAI – LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

LOA – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

MGI – MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

MIDR – MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ODS – OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

PAN – PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

PDI – PLANO DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO

PEI – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

PISF – PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

PNTF – PROGRAMA NACIONAL DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

PPA – PLANO PLURIANUAL

PPI – PROJETO PÚBLICO DE IRRIGAÇÃO

RILC – REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

SEST – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DAS EMPRESAS ESTATAIS

SIPAT – SEMANA INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

TCU – TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

TED – TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

TI – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

TIC – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Composição acionária do capital social como investida.....	19
TABELA 2 – Composição acionária da Codevasf como investidora em outras sociedades	19
TABELA 3 – Composição da força de trabalho da Codevasf nos últimos três anos (2023-2025).....	64
TABELA 4 – Proporção e Evolução de Mulheres na Força de Trabalho da Codevasf – Nível Hierárquico	65
TABELA 5 – Proporção e Evolução de Mulheres na Força de Trabalho da Codevasf – Cargos Ocupados	65
TABELA 6 – Comparativo dos Planos de Previdência da Fundação São Francisco	73
TABELA 7 – Indicadores de resultados, Codevasf 2024/2025 (em milhões de reais)	85

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Exposição de propósito, missão e visão de futuro da Codevasf	15
FIGURA 2 – Evolução da Área de Atuação da Codevasf, 1974-2020	16
FIGURA 3 – Abrangência da área de atuação da Codevasf em 2025	17
FIGURA 4 – Principais Marcos Institucionais – Linha do Tempo	18
FIGURA 5 – Principais riscos globais no horizonte até 2027 (dois anos) e até 2035 (dez anos).....	20
FIGURA 6 – Os cinco principais riscos identificados para o Brasil pela Pesquisa de Opinião de Executivos	21
FIGURA 7 – Modelo de Governança Corporativa da Codevasf	23

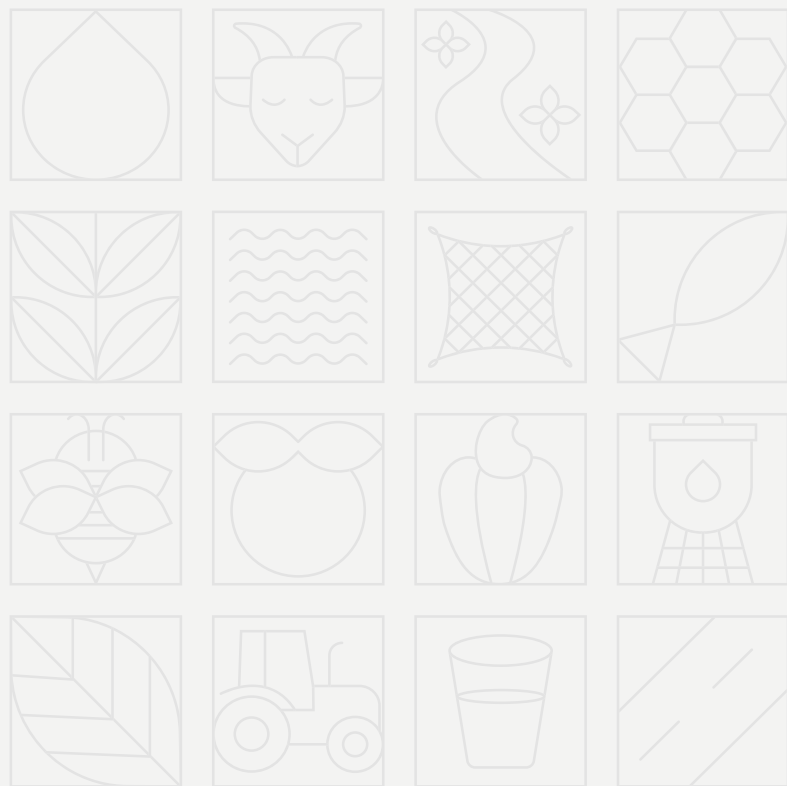
FIGURA 8 – Organograma da Codevasf	24
FIGURA 9 – Estrutura de Governança Corporativa da Codevasf	27
FIGURA 10 – Cadeia de Valor da Codevasf.....	28
FIGURA 11 – Alinhamento dos eixos, subeixos e programas do PEI do MIDR 2023-2027 com o PEI da Codevasf 2025-2030	32
FIGURA 12 – Mapa Estratégico, PEI 2025-2030.	40
FIGURA 13 – Desempenho da meta de empenho do PAN 2025	45
FIGURA 14 – Desempenho da meta de liquidação do PAN 2025	45
FIGURA 15 – Histórico de valores empenhados e liquidados (2021-2025)	46
FIGURA 16 – Disciplinas de Riscos Corporativos da Codevasf.....	48
FIGURA 17 – iESGo - Resultados por Dimensão da Codevasf - Dezembro/2025.....	50
FIGURA 18 – Canais de Atendimento – Transparência e Prestação de Contas Codevasf	53
FIGURA 19 – Painel da Lei de Acesso à Informação (LAI) relativo aos pedidos de acesso à informação recebidos pela Codevasf, em 2025	54
FIGURA 20 – Evolução do limite de quadro de pessoal da Codevasf (2016 a 2025).....	64
FIGURA 21 – Evolução da despesa (em R\$) com pessoal entre os anos de 2021 e 2025.	66
FIGURA 22 – Distribuição da força de trabalho por nível de escolaridade.....	67
FIGURA 23 – Distribuição da força de trabalho pela faixa etária e gênero, nos anos de 2024 e 2025.....	68
FIGURA 24 – IDSS da Casec em 2025 (ano-base 2024).....	71
FIGURA 25 – Quadro resumo do plano de previdência complementar.....	72
FIGURA 26 – Prêmios e Selos Codevasf, 2025.....	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Relação entre os Objetivos Estratégicos presentes na estratégia de longo prazo (2025-2030) e os programas temáticos do PPA (2024-2027), bem como as Políticas Nacionais aos quais ambos se relacionam.	29
QUADRO 2 – Linhas de Negócio da Codevasf com a relação das principais intervenções realizadas pela empresa, incluindo benefícios e o público-alvo	33
QUADRO 3 – Riscos Relacionados à Estratégia de Companhia	41

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES	5
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	12
VISÃO GERAL DA EMPRESA.....	15
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS.....	39
INVESTIMENTOS	59
RECURSOS HUMANOS.....	63
RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL.....	76
DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	85
REFERÊNCIAS	89
ANEXO I.....	93
ANEXO II.....	97

**1**

Mensagem do Diretor-Presidente

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Em 2025, a Codevasf consolidou resultados que traduzem, de forma objetiva, a relevância de sua atuação para o desenvolvimento regional do Brasil. A Companhia beneficiou mais de 11,6 milhões de pessoas, com investimentos de R\$ 2,76 bilhões: a Empresa realizou 74 obras diversas, doou 213 mil itens, produziu 6,5 milhões de alevinos, recuperou 10.408 hectares em ações hidroambientais e executou 661 quilômetros de pavimentação. Os projetos públicos de irrigação geraram um Valor Bruto de Produção de R\$ 8,15 bilhões e foram responsáveis por 347 mil empregos diretos, indiretos e induzidos.

Tais resultados expressam a capacidade da Codevasf de converter recursos públicos em entregas concretas, com impacto direto sobre a segurança hídrica, a infraestrutura, a produção e a melhoria das condições de vida das pessoas.

A solidez nas entregas está associada ao esforço contínuo de fortalecimento institucional da Companhia. Em 2025, a Codevasf avançou no aperfeiçoamento de seus instrumentos de governança, integridade, planejamento e controle, com iniciativas como a realização da 1ª Semana de Integridade em Foco, a adesão ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e a implementação plena do gerenciamento de riscos em processos em todas as áreas e superintendências regionais. Houve, ainda, avanços no monitoramento da estratégia de longo prazo e



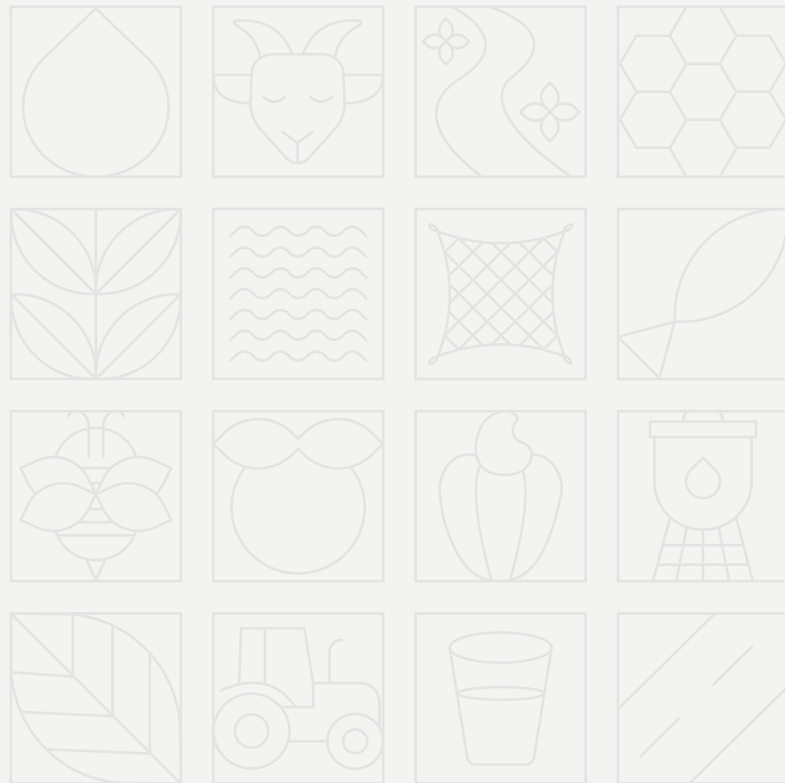
no fortalecimento da agenda de sustentabilidade, com a divulgação do novo Plano Diretor de Logística Sustentável.

Os resultados alcançados no campo da governança e da transparência merecem destaque. A Codevasf obteve 90,7% no Índice de Governança e Sustentabilidade (iESGo) do Tribunal de Contas da União (TCU), posicionando-se entre as 20 organizações mais bem avaliadas, e alcançou 8,97 pontos no Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-SEST), com nível de Excelência. No mesmo período, atingiu 100% dos itens obrigatórios de transparência ativa da Controladoria-Geral da União (CGU) e recebeu o nível Diamante no Programa Nacional de Transparência Pública, com o 3º lugar entre as instituições públicas federais avaliadas. Esses avanços evidenciam uma gestão orientada por responsabilidade, aperfeiçoamento contínuo e compromisso com a transparência pública.

Este Relatório de Gestão reúne, portanto, os principais resultados do exercício e os avanços institucionais que lhes dão sustentação. Mais do que registrar números e iniciativas, o documento expressa a capacidade da Codevasf de atuar de forma estruturante em áreas essenciais para o Brasil. É nesse sentido que a Companhia segue exercendo seu papel como agente público de desenvolvimento regional, com foco na geração de valor público e no desenvolvimento sustentável do nosso país.

Lucas Felipe de Oliveira

Diretor-Presidente da Codevasf



2 Visão Geral da Empresa

VISÃO GERAL DA EMPRESA

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) é uma empresa pública de direito privado, criada pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974 (Brasil, 1974), de capital social pertencente integralmente a União e vinculada atualmente ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR.

Norteadas pelos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos na Carta Magna, em especial, o de "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais" (Brasil, 1988, art. 3º, inc. III), a Codevasf atua visando desenvolver as regiões em que atua de forma integrada e sustentável, atuando sem fins lucrativos e com enfoque integralmente social. (Figura 1).



NOSSO PROPÓSITO

Construir caminhos de oportunidades, integrando regiões e transformando vidas de forma planejada e sustentável



MISSÃO

Promover o **desenvolvimento regional** de forma integrada e sustentável **nas bacias hidrográficas**, contribuindo para a redução das desigualdades



VISÃO

Ser referência na execução de políticas públicas para o desenvolvimento regional

Figura 1 – Exposição de propósito, missão e visão de futuro da Codevasf

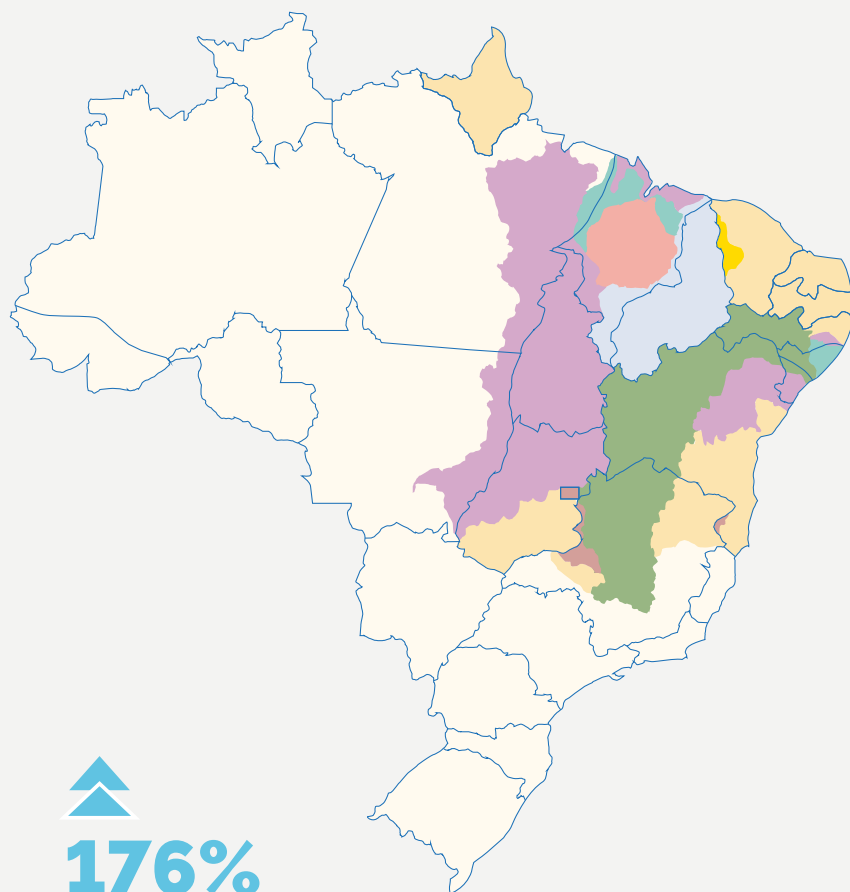
Fonte: Codevasf (2025b) e Codevasf (2025c).

CENÁRIO ATUAL

Em razão da relevância dos resultados entregues pela Codevasf, a sociedade e os agentes públicos têm respaldado sucessivas ampliações de sua área de atuação, assegurando que a Companhia direcione investimentos para a promoção do desenvolvimento nas regiões onde essas ações são mais necessárias.

Como reconhecimento pelo relevante trabalho realizado, a Codevasf recebeu sequenciais ampliações da sua área de atuação além do vale do São Francisco (Figura 2 e Figura 4), levando investimentos e desenvolvimento onde realmente se faz necessário. A área de atuação passou de 636 mil km² em 1974, 7,47% do território nacional, para 3,14 milhões de km² em 2023, representando ao todo 36,91% do território nacional (Figura 3).

Junto com o aumento da área de atuação foram acrescentadas novas linhas de negócio à Agricultura Irrigada, como Revitalização das Bacias Hidrográficas, Inclusão Socioproductiva, Infraestrutura Hídrica, a Estruturação de Cidades e Elaboração de Planos de Desenvolvimento.




176%
 de aumento da
 área de atuação
 de 2017 a 2020

1974 - LEI Nº 6.088 Lei da criação da Codevasf - Área correspondente a bacia do rio São Francisco.	7,47% do território nacional 504 municípios
2000 - LEI Nº 9.954 Alteração do nome da Companhia. Inclusão da bacia hidrográfica do rio Parnaíba.	11,18% do território nacional 743 municípios
2009 - LEI Nº 12.040 Inclusão de porções da bacia hidrográfica do rio Parnaíba no estado do Ceará.	11,37% do território nacional 763 municípios
2010 - LEI Nº 12.196 Inclusões das bacias hidrográficas dos rios Itapecuru e Mearim, localizadas no estado do Maranhão.	13,16% do território nacional 893 municípios
2017 - LEI Nº 13.481 e LEI Nº 13.507 Inclusões das bacias hidrográficas dos rios Gurupi, Paraíba, Mundaú, Tocantins, Jequiã, Munim, Pericumã e Turiaçu.	14,29% do território nacional 1.020 municípios
2018 - LEI Nº 13.702 Inclusões das bacias hidrográficas dos rios Real, Una, Vaza-Barris, Itapicuru e Paraguçu.	27,05% do território nacional 1.641 municípios
2020 - LEI Nº 14.053 Inclusão das bacias hidrográficas dos rios Pardo, Jequitinhonha, Mucuri, Araguaari no Amapá e seu homônimo em Minas Gerais.	36,59% do território nacional 2.675 municípios
2023 - LEI Nº 14.053 Inclusão nas áreas circundadas do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal, e inseridas nas Unidades da Federação previstas na Lei nº 6.088/1974 e Lei nº 14.053/2020.	36,91% do território nacional 2.688 municípios

Figura 2 – Evolução da Área de Atuação da Codevasf, 1974-2020

Fonte: Codevasf (2020a).

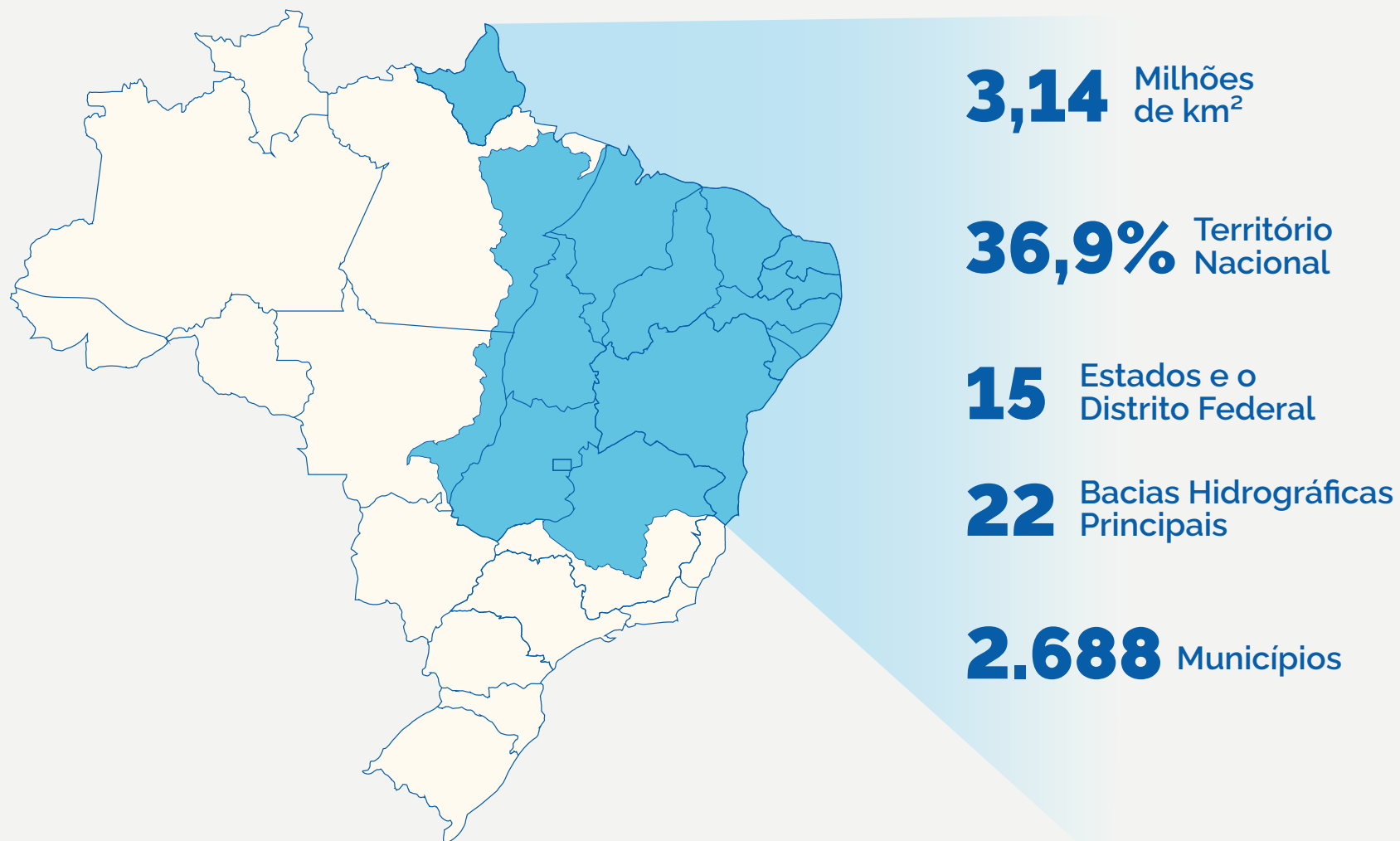


Figura 3 – Abrangência da área de atuação da Codevasf em 2025

Fonte: Adaptado de Codevasf (2020a).

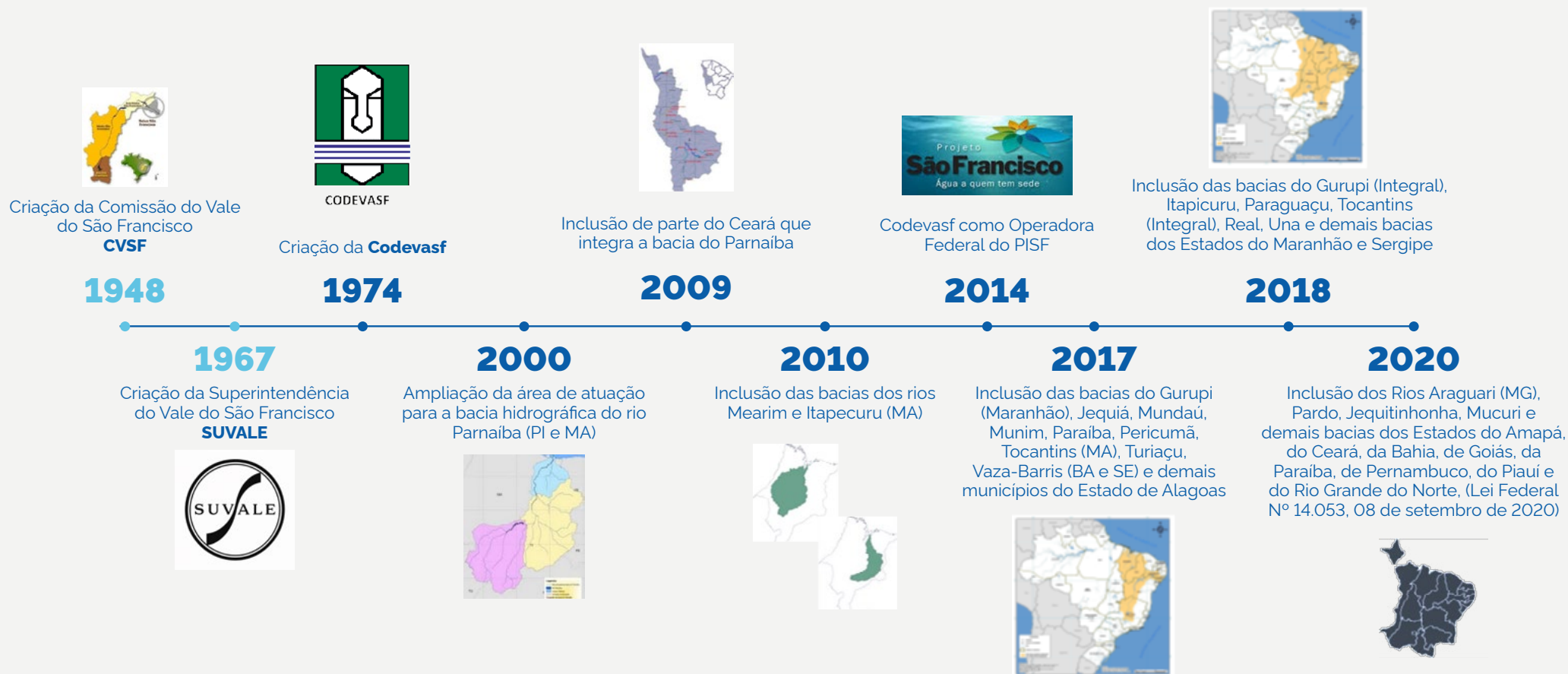


Figura 4 – Principais Marcos Institucionais – Linha do Tempo

Fonte: Adaptado de Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (2020).

POSIÇÃO ACIONÁRIA

Tabela 1 – Composição acionária do capital social como investida

CODEVASF COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2025			
AÇÕES ORDINÁRIAS (% DE PARTICIPAÇÃO)		POSIÇÃO EM	
ACIONISTAS		31/12/2025	31/12/2024
Governo	Tesouro Nacional	100%	100%
	% Governo	100%	100%

Tabela 2 – Composição acionária da Codevasf como investidora em outras sociedades

CODEVASF COMO INVESTIDORA - POSIÇÃO EM 31/12/2025			
AÇÕES ORDINÁRIAS (% DE PARTICIPAÇÃO)		POSIÇÃO EM	
Empresa Investida		31/12/2025	31/12/2024
Coderse - Cia. de Desenv. Regional de Sergipe (Antiga Cohidro)		0,043117%	0,04311 %
AÇÕES PREFERENCIAIS (% DE PARTICIPAÇÃO)		POSIÇÃO EM	
Empresa Investida		31/12/2025	31/12/2024
Agrovale – Ind. do Vale do São Francisco S.A.		1,320400%	1,320400%
Casal – Cia. de Saneamento de Alagoas		0,004510%	0,004510%
CODERSE - Cia de Desenv. Regional de Sergipe (Antiga Cohidro)		0,021593%	0,021593%
DESO - Cia. de Saneamento de Sergipe		0,001932%	0,001932%
Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.		0,004940%	0,005047%
Compesa - Companhia Pernambucana de Saneamento S.A.		0,000425%	0,000425%

CONJUNTURA ECONÔMICA GERAL E ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

O Relatório de Riscos Globais 2025, publicado pelo Fórum Econômico Mundial, evidencia um ambiente de elevada complexidade e interdependência de riscos, no qual fatores geopolíticos, econômicos, tecnológicos e ambientais interagem e produzem impactos relevantes sobre a formulação de políticas públicas e sobre os instrumentos de promoção do desenvolvimento regional.

A Figura 5 relaciona os principais riscos segundo diferentes categorias para horizontes de eventos, o de até 2 anos e o de até 10 anos, na perspectiva do exercício de 2025.

Categorias dos Riscos

- Econômicos
- Ambientais
- Geopolíticos
- Sociais
- Tecnológicos

2 anos

1º	Desinformação e informações falsas
2º	Eventos climáticos extremos
3º	Conflito armado entre estados
4º	Polarização social
5º	Espionagem cibernética e guerra cibernética
6º	Poluição
7º	Desigualdade
8º	Migração ou deslocamento involuntário
9º	Confronto geoeconômico
10º	Erosão dos direitos humanos e/ou liberdades civis

10 anos

1º	Eventos climáticos extremos
2º	Perda de biodiversidade e colapso de ecossistemas
3º	Mudanças críticas nos sistemas da Terra
4º	Escassez de recursos naturais
5º	Desinformação e informações falsas
6º	Consequências adversas das tecnologias de IA
7º	Desigualdade
8º	Polarização social
9º	Espionagem cibernética e guerra cibernética
10º	Poluição

Os principais riscos apontados pelo Relatório de Riscos Globais para os próximos dois anos são a desinformação e informações falsas (1º), seguido pelos eventos climáticos extremos (2º), conflitos armados entre Estados (3º), polarização social (4º), espionagem e guerra cibernética (5º), poluição (6º), desigualdade (7º), migração ou deslocamento involuntário (8º), erosão dos direitos humanos e/ou liberdades civis (9º) e confronto geoeconômico (10º). Já para o horizonte de 10 anos (Figura 5) os riscos ambientais são os mais preocupantes (1º a 4º e 10º), junto com a desinformação e informações falsas (5º), os riscos adversos da Inteligência Artificial (IA) (6º), desigualdade e polarização social (7º e 8º) além da espionagem e guerra cibernética (9º) (Fórum Econômico Mundial, 2025).

Figura 5 – Principais riscos globais no horizonte até 2027 (dois anos) e até 2035 (dez anos) | Fonte: Adaptado de Fórum Econômico Mundial (2025).

Já no Brasil os principais riscos apontados pelos especialistas (Figura 6) são a recessão econômica (1º), dívida pública (2º), escassez de mão de obra e/ou de talentos (3º), eventos climáticos extremos (4º) e pobreza e desigualdade (5º) (Fórum Econômico Mundial, 2025).

Brasil

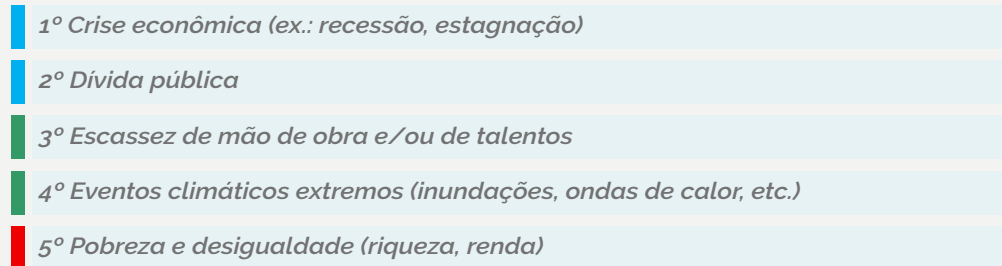


Figura 6 – Os cinco principais riscos identificados para o Brasil pela Pesquisa de Opinião de Executivos

Fonte: Adaptado de Fórum Econômico Mundial (2025)

Apesar dos desafios, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA projeta a manutenção da expansão do PIB em 1,6%, para 2026, porém com viés de alta. A expectativa é de resiliência em alguns segmentos, o que sugere a manutenção de um quadro de relativa estabilidade no curto prazo, com crescimento modesto (Carvalho, 2025).

Considerando que muitos dos riscos elencados não podem ser evitados, pois dependem do cenário mundial, cabe ao poder público a prevenção e ações visando a resiliência e mitigação dos seus impactos. Nesse contexto, a Codevasf atua de forma transversal em diversos setores e por meio de múltiplas iniciativas, contribuindo de forma direta para

a prevenção, mitigação e aumento da resiliência frente aos riscos globais relevantes. O fortalecimento das ações da Empresa somadas a boa execução orçamentária contribui de forma expressiva para a mitigação e resiliência a alguns dos principais riscos globais.

As ações da Codevasf voltadas para o fortalecimento dos arranjos produtivos locais têm como impacto o fortalecimento e a dinamização das economias locais, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e, de forma indireta, para a redução da polarização social, por meio da geração de oportunidades econômicas e de renda às comunidades beneficiadas. As novas oportunidades econômicas também diminuem a pressão sobre os recursos naturais contribuindo para a conservação ambiental e redução da poluição.

Os sistemas de abastecimento de água implantados pela Companhia, assim como cisternas, poços e adutoras são ações de convivência com a seca, ampliando a resiliência das comunidades beneficiadas ao enfrentamento de eventos climáticos extremos, como a seca, e garantindo um direito universal de “acesso à água”. De forma complementar, as ações de recuperação hidroambiental contribuem para a redução da poluição do solo, do ar e da água, aumentando a oferta de água e recuperando a biodiversidade.

Os módulos sanitários individuais proporcionam melhorias significativas em saúde e bem-estar social e ambiental às famílias beneficiadas,

mesmo sem a utilização de água. Da mesma forma, os sistemas de esgotamento sanitário reduzem a poluição ambiental e melhoram a saúde da população, contribuindo para o aumento da produtividade econômica ao reduzir afastamentos por motivos de saúde, com consequências na melhoria da economia.

As infraestruturas implantadas pela Companhia, como vias urbanas e rurais, pontes, passagens molhadas, feiras e pátios multieventos ampliam a infraestrutura e o acesso a serviços públicos, fortalecem a integração territorial e contribuem para o fortalecimento das economias locais, refletindo na promoção da saúde e na melhoria da qualidade de vida da população.

Adicionalmente, deve-se considerar que variações no ciclo orçamentário e nas dinâmicas de execução fiscal podem impactar o ritmo de execução dos investimentos públicos, exigindo planejamento orçamentário e monitoramento contínuo das metas institucionais. Tal contexto demanda atenção redobrada quanto ao planejamento, à gestão e ao acompanhamento da execução orçamentária, de modo a assegurar a continuidade e a efetividade das ações previstas.

ESTRUTURA E GOVERNANÇA

A estrutura organizacional da Codevasf compreende o conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, vinculações hierárquicas, funções e descrição das atribuições das unidades orgânicas da Sede e das Superintendências Regionais que são mais bem detalhadas em seu Estatuto Social e no Regimento Interno. A estrutura organizacional completa da Empresa pode ser acessada por meio do link a seguir:

<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional>



O Modelo de Governança Corporativa da Codevasf foi concebido com referência nas melhores práticas de governança e gestão, em especial, as preconizadas na publicação "Referencial Básico de Governança do TCU" aplicável a todos os órgãos e entidades da administração pública federal. A Figura 7 apresenta as principais instâncias de governança e de gestão de forma integrada, em alinhamento ao negócio da empresa e à geração de valor para as partes interessadas.

INSTÂNCIAS EXTERNAS

SEST/MGI
 Auditoria Independente
 Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
 Controladoria Geral da União - CGU
 Tribunal de Contas da União - TCU

INSTÂNCIAS INTERNAS

Ouvidoria
 Secretaria de Riscos e Controle Interno
 Secretaria de Integridade
 Auditoria



LEGENDA:

SEST/MGI: Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Órgãos Colegiados: Diretoria Executiva e Conselho de Administração

Regulamentação Normativa: Lei 6.088/74; Lei 13.303/16; Lei 12.787/13; Decreto 8.945/16; Decreto nº 9.810/19 e etc.

Partes Interessadas: Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional, Casa Civil da Presidência da República, Congresso Nacional, Órgãos de Controle, Sociedade Civil, Empregados e etc.

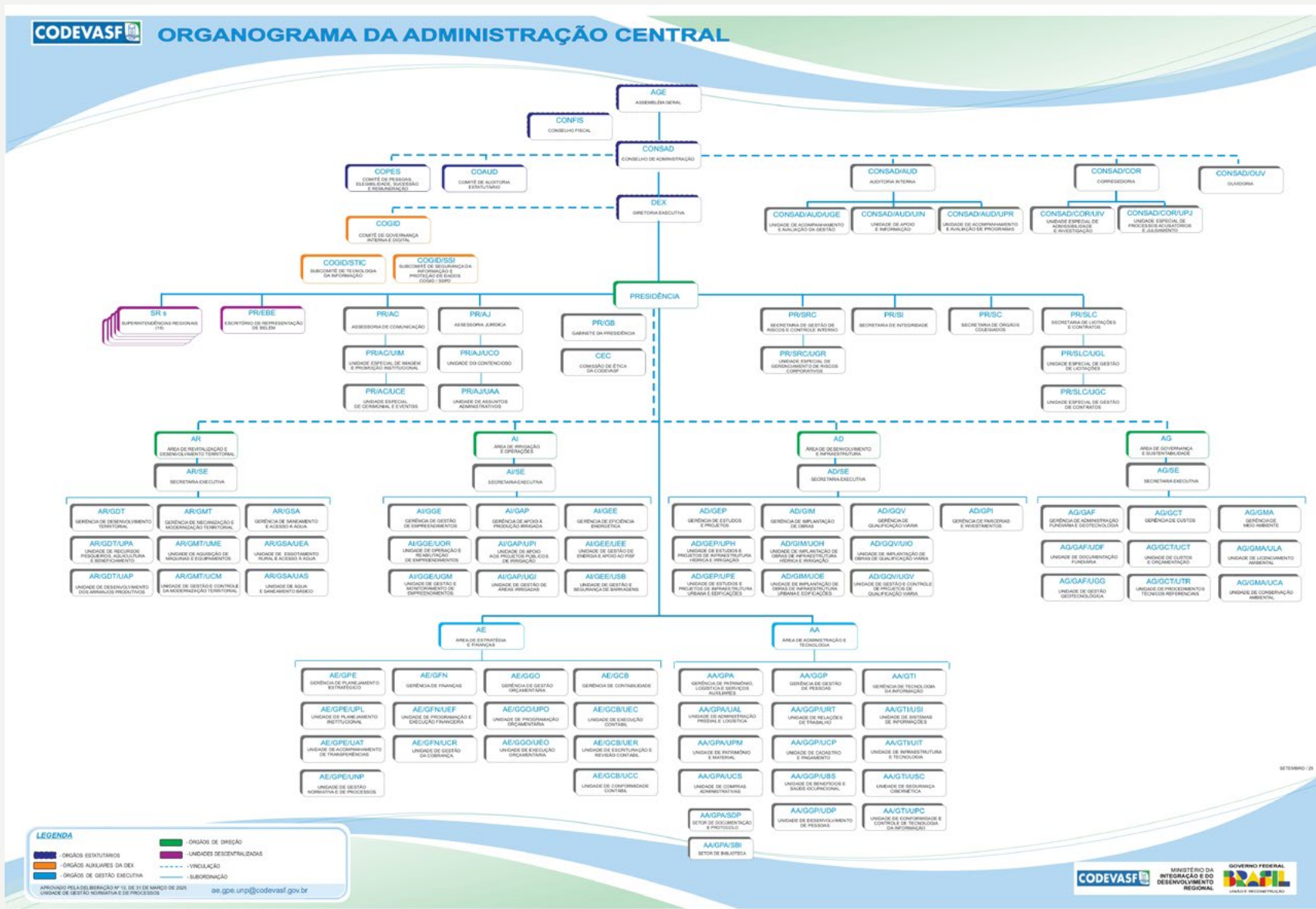
Figura 7 – Modelo de Governança Corporativa da Codevasf

¹ Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SEST/MGI);

² Órgãos Colegiados: Diretoria Executiva e Conselho de Administração

³ Partes Interessadas: Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Casa Civil da Presidência da República, Congresso Nacional, Órgãos de Controle, Sociedade Civil, Empregados e etc.

Fonte: Adaptado de TCU (2020)



Por meio desta estrutura, é possível observar que a Codevasf é dirigida, monitorada e incentivada em um processo que envolve diversas instâncias, que vão desde a Assembleia Geral, passando pelos Órgãos Colegiados (Diretoria Executiva e Conselho de Administração), Órgãos de Fiscalização e de Controle e Partes Interessadas, até chegar aos colaboradores que atuam na gestão dos processos de trabalho.

Enquanto a governança é a função direcionadora, contemplando os processos de avaliação, direcionamento e monitoramento, a gestão é a função executora, contemplando os processos de planejamento, execução e controle.

Assim, a governança é responsável por estabelecer a direção a ser tomada, com fundamento em evidências e levando em conta os interesses da Codevasf e das Partes Interessadas, enquanto a gestão é a função responsável por planejar a forma mais adequada de implementar as diretrizes estabelecidas, executar os planos e em observância aos riscos institucionais levantados e analisados, estabelecer e acompanhar a efetividade dos controles de mitigação.

O modelo empregado enfatiza a clara distinção entre governança e gestão, e destaca, ainda, uma região em que as duas funções se tocam e, eventualmente, se sobrepõem, pois, as diretrizes (direção/dirigir) necessárias ao planejamento organizacional vêm da função de governança, exercida pelas instâncias internas e externas. Já o controle da gestão

gera informações que subsidiam o monitoramento praticado pelas instâncias de governança, a fim de saber se as partes interessadas estão sendo atendidas e de decidir quais as correções a fazer.

Em geral, o monitoramento das instâncias de governança se dá a partir da prestação de contas pelas instâncias de gestão, mediante relatórios de acompanhamento e/ou de informações de sistemas de informação estruturantes.

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva são designados como “Órgãos Colegiados”, sendo que, o primeiro exerce a orientação geral aos negócios e o direcionamento estratégico da Empresa e o segundo é responsável pela supervisão da gestão.

Conforme sua natureza de Empresa Pública, constituída sob a forma de sociedade anônima, a Codevasf possui, também, uma instância superior para deliberar sobre todos os negócios relativos ao objeto social da empresa, que é a Assembleia Geral. Compõem ainda as unidades de governança da Empresa, o Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, sendo que o primeiro constitui órgão de assessoramento ao Conselho de Administração e o segundo, opina sobre a observância dos requisitos e vedações para investidura dos membros dos órgãos colegiados e estatutários.

Para exercer as funções de controle, em especial auditar e avaliar o sistema de gestão e promover a prestação de contas e

responsabilidade (*accountability*) e a transparência, a Codevasf conta com o Conselho Fiscal e quatro Unidades Internas de Governança: a Auditoria Interna, a Secretaria de Integridade, a Secretaria de Riscos e Controles Internos e a Ouvidoria.

O modelo de governança empregado evidencia que a liderança executiva é responsável por monitorar o desempenho da gestão e informar às instâncias de governança e às partes interessadas acerca do desempenho organizacional.

A estrutura de governança da Codevasf (Figura 9), com os elementos integrantes e seu relacionamento, foi constituída visando apoiar a Empresa na capacidade de gerar valor, à medida que, no modelo de governança, são estabelecidos mecanismos e controles que propiciam, de forma periódica, a avaliação e a supervisão da gestão, com reflexo para toda a empresa. Nela ainda é possível concluir que:

- A estrutura interna de governança, as responsabilidades dos membros, suas funções e competências estão estabelecidas nos normativos internos da Empresa;
- A seleção de membros da alta administração é feita com base em critérios definidos no [Estatuto Social da Codevasf](#) e na Lei nº 13.303/2016 (Brasil, 2016a);
- As instâncias e mecanismos de transparência e prestação de contas estão previstos no Estatuto Social, que define a governança e

a obrigatoriedade de relatórios e prestação de contas periódica, atualmente em operação.

- A empresa dispõe de uma [Política de Transações com Partes Relacionadas](#) visando assegurar a aderência aos princípios de competitividade, transparência, conformidade, equidade e comutatividade no relacionamento com as instituições e demais partes interessadas;
- A estratégia da empresa está definida no Planejamento Estratégico Institucional e no Plano Anual de Negócios da Codevasf, tendo suas práticas de monitoramento e avaliação executadas trimestralmente;
- O modelo de governança institucional está estabelecido e as ações que visam melhorar o desempenho da Empresa frente aos índices de referência de governança do Governo Federal – Índice de Governança e Sustentabilidade do TCU (iESGo) e Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest) – são formuladas a partir de Planos de Ações Setoriais que envolvem as áreas da Codevasf.

REGULAMENTAÇÃO NORMATIVA	
Constituição Federal, Lei nº 6.088/1974, Lei nº 13.303/2016, Instruções Normativas TCU, Referencial Básico de Governança do TCU, entre outros	
INSTÂNCIAS EXTERNAS DE GOVERNANÇA	
SEST/ME	Órgãos de Fiscalização e Controle - CGU e TCU
Órgão Superior MIDR	Auditoria Independente
INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA	PARTES
Assembleia Geral	MIDR
Conselho Fiscal	SEST
Comitê de Auditoria	Alta Administração
Comitê Interno de Governança	Empregados
	Estagiários e Prestadores de Serviço
	Parceiros
	Fornecedores
	Órgãos de Fiscalização e Controle
	Sociedade
UNIDADES INTERNAS DE GOVERNANÇA	
Auditoria	Ouvidoria
Secretaria de Integridade	Secretaria de Gestão de Riscos e Controles Internos
INSTRUMENTOS DE GOVERNANÇA	
Estatuto Social	Regimento Interno
Código de Conduta, Ética e Integridade	Políticas
Normas e Manuais	Programa de Integridade

Figura 9 – Estrutura de Governança Corporativa da Codevasf

CADEIA DE VALOR DA CODEVASF

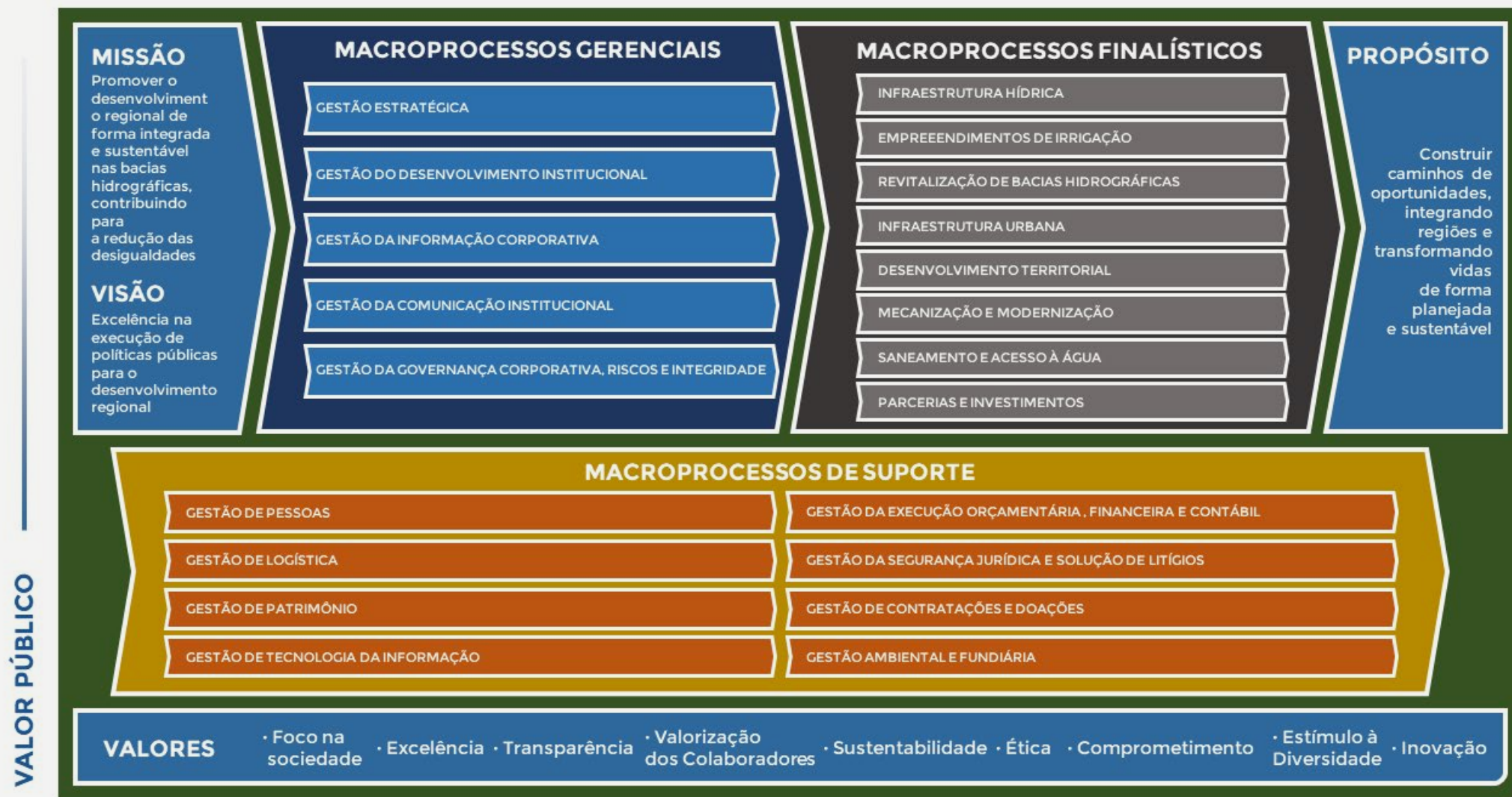


Figura 10 – Cadeia de Valor da Codevasf

POLÍTICAS E PROGRAMAS DE GOVERNO

As ações executadas pela Codevasf repercutem os programas e objetivos do Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal por meio do seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI) disponibilizado no sítio eletrônico da Codevasf. Os resultados alcançados encontram-se no capítulo de Investimentos.

No Quadro 1 é apresentado o relacionamento entre os temas e objetivos estratégicos do PEI da Codevasf, com os programas temáticos e principais legislações do PPA.



Quadro 1 – Relação entre os Objetivos Estratégicos presentes na estratégia de longo prazo (2025-2030) e os programas temáticos do PPA (2024-2027), bem como as Políticas Nacionais aos quais ambos se relacionam.

PEI Codevasf (2025–2030)		Políticas Públicas	
Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos PPA (2024–2027)	Principais legislações dos Programas do PPA
Políticas Públicas	OE7. Planejar com Base em Estudos Territoriais e Demandas da Sociedade	2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial;	Decreto nº 9.810/2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;
	OE8. Buscar a Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos; Lei N.º 14.026/2020 Marco Legal do Saneamento Básico;

PEI Codevasf (2025–2030)		Políticas Públicas	
Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos PPA (2024–2027)	Principais legislações dos Programas do PPA
Políticas Públicas	OE9. Aperfeiçoar as Operações Hidroagricolas	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos; Lei n.º 12.787/2013 - Estabelece a Política Nacional de Irrigação
	OE10. Fortalecer a Infraestrutura Hídrica em alinhamento com as políticas de convivência com a seca	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos;
	OE11. Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva	2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial;	Decreto nº 9.810/2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional; Lei nº 12.852/2013 – Institui o Estatuto da Juventude; Lei n.º 12.787/2013 - Estabelece a Política Nacional de Irrigação
	OE12. Promover a Mecanização & Modernização Territorial	2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial;	Decreto nº 9.810/2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
	OE13. Qualificar a Infraestrutura e a Logística Urbana e Rural para o escoamento da Produção	2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial;	Decreto nº 9.810/2019 – Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional
	OE14. Desenvolver a Agricultura Irrigada Sustentável	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos; Lei n.º 12.787/2013 - Estabelece a Política Nacional de Irrigação

PEI Codevasf (2025–2030)		Políticas Públicas	
Perspectiva	Objetivos Estratégicos	Programas Temáticos PPA (2024–2027)	Principais legislações dos Programas do PPA
Políticas Públicas	OE15. Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos; Lei n.º 12.787/2013 - Estabelece a Política Nacional de Irrigação; Lei n.º 11.079/2004 - Institui normas para licitação e contratação de Parceria Público-privada
	OE16. Modernizar e Inovar em Projetos de Irrigação	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei nº 12.334/2010 – Estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos; Lei n.º 12.787/2013 - Estabelece a Política Nacional de Irrigação;
	OE17. Promover o Manejo Sustentável de Recursos Naturais	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei n.º 12.651/2012 Institui o Código Florestal
	OE18. Garantir a conformidade ambiental nas iniciativas organizacionais	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei n.º 12.651/2012 Institui o Código Florestal; Lei 6.938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente
	OE19. Promover a Revitalização das Bacias Hidrográficas	2321 – Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre	Lei nº 9.433/1997 – Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; Lei n.º 12.651/2012 Institui o Código Florestal

A Codevasf tem suas ações concentradas em dois programas principais do PPA:

- Programa 2317 - Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, e;
- Programa 2321 - Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

De forma geral, a Codevasf contribui para execução da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, da Política Nacional de Recursos Hídricos, da Política Nacional de Segurança de Barragens, da Política Nacional de Irrigação e da Política Nacional do Meio Ambiente.

Além disso, o PEI da Codevasf também está alinhado ao Planejamento Estratégico do Órgão Supervisor, o MIDR (Figura 11).

PEI MIDR 2023-2027			PEI Codevasf 2025-2030
Eixo	Subeixo Estratégico	Programa	Objetivo Estratégico
Desenvolvimento Regional e Territorial	Desenvolvimento Produtivo	Apoio a Projetos e Estruturação das Cadeias Produtivas na Área de Atuação da Codevasf, Considerando as Potencialidades e Vocações Regionais	OE11 - Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva OE12 - Promover a Mecanização & Modernização Territorial OE13 - Qualificar a Infraestrutura e a Logística Urbana e Rural para o escoamento da Produção OE14 - Desenvolver a Agricultura Irrigada Sustentável
	Infraestrutura Hídrica	Obras Hídricas Estruturantes	OE8 - Buscar a Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento OE9 - Aperfeiçoar as Operações Hidroagrícolas OE10 - Fortalecer a Infraestrutura Hídrica em alinhamento com as políticas de convivência com a seca OE15 - Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação
Segurança Hídrica	Irrigação	Desenvolvimento da Agricultura Irrigada Sustentável em PPIS da Área de Atuação da Codevasf	OE10 - Fortalecer a Infraestrutura Hídrica OE14 - Desenvolver a Agricultura Irrigada Sustentável OE15 - Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação
	Revitalização de Bacias Hidrográficas	Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas	OE 19 - Promover a Revitalização das Bacias Hidrográficas

DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS E SERVIÇOS

Adaptando-se às circunstâncias climáticas, econômicas, culturais e políticas bastante diversas, a Codevasf desenvolveu a capacidade de transformar a realidade de suas áreas de atuação. Por meio de execução direta ou de parcerias, a Companhia realiza expressiva quantidade de intervenções com o objetivo de promover o desenvolvimento integrado e sustentável das bacias hidrográficas onde atua.

LINHAS DE NEGÓCIOS

Atualmente a Companhia tem suas ações divididas em seis Linhas de Negócio: Inclusão Socioprodutiva; Infraestrutura Hídrica; Revitalização de Bacias Hidrográficas; Agricultura Irrigada; Estruturação de Cidades, e; Elaboração de Planos de Desenvolvimento (Quadro 2).

Quadro 2 – Linhas de Negócio da Codevasf com a relação das principais intervenções realizadas pela empresa, incluindo benefícios e o público-alvo

Linhas de Negócios	Setor	Principais Intervenções	Benefícios	Público-alvo
Inclusão Socioprodutiva	Economia Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a Arranjos Produtivos Locais • Máquinas e Equipamentos • Operação de Centros de Recursos Pesqueiros • Capacitação de Jovens • Obras de Infraestrutura para escoamento da Produção • Projetos e obras em infraestruturas rurais 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego, renda, aumento da produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas • Inserção de jovens no mercado de trabalho • Retenção do homem no campo 	<ul style="list-style-type: none"> • Pequenos e médios produtores rurais
Infraestrutura Hídrica	Segurança Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> • Sistemas de Abastecimento de Água • Construção de Adutoras • Cisternas e Poços • Barragens • Obras estruturantes • Operação de Obras de Infraestrutura Hídrica 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da oferta de água para usos múltiplos 	<ul style="list-style-type: none"> • População urbana e rural, com prioridade de atendimento às famílias que vivem com baixa oferta de água • Produtores rurais

Linhas de Negócios	Setor	Principais Intervenções	Benefícios	Público-alvo
Revitalização de Bacias Hidrográficas	Conservação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Esgotamento Sanitário • Resíduos Sólidos • Processos Erosivos • Proteção de Nascentes • Ações de Conservação e Sustentabilidade no uso de água, solos e recursos naturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade e aumento da disponibilidade de água 	<ul style="list-style-type: none"> • População urbana e rural • Produtores rurais
Agricultura Irrigada	Irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão de Projetos Públicos de Irrigação • Implantação de Infraestrutura para Irrigação 	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de emprego e renda, aumento da produção agrícola, atração de investimentos e geração de divisas 	<ul style="list-style-type: none"> • Produtores rurais, familiares e empresariais
Estruturação de Cidades	Infraestrutura Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da Rede Viária • Construção de Equipamentos Públicos • Otimização da logística Urbana • Canalização e Drenagem Urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificação urbana • Aumento da atratividade produtiva, comercial e industrial 	<ul style="list-style-type: none"> • População urbana dos municípios beneficiários
Elaboração de Planos de Desenvolvimento	Planejamento Regional e Inovação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar planos de desenvolvimento regional e de recursos hídricos • Promover a inovação nas ações de desenvolvimento Regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Otimizar ações de desenvolvimento regional • Aumentar a eficiência dos serviços prestados 	<ul style="list-style-type: none"> • Instituições governamentais e não governamentais que atuam no planejamento e desenvolvimento territorial. • População urbana e rural

Adaptando-se a circunstâncias climáticas, econômicas, culturais e políticas bastante diversas, a Codevasf desenvolveu a capacidade de transformar a realidade de suas áreas de atuação. Por meio de execução

direta ou de parcerias, a Companhia realiza expressiva quantidade de intervenções com o objetivo de desenvolver bacias hidrográficas de modo sustentável.

INTERESSE PÚBLICO

O conceito de interesse público está diretamente relacionado às atividades da Codevasf, uma vez que suas ações têm como objetivo promover o desenvolvimento regional e o bem-estar social e econômico das regiões em que atua. A Empresa desempenha papel essencial na redução das desigualdades regionais, no acesso a recursos hídricos, no desenvolvimento da agricultura irrigada e na melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas e rurais.



POLÍTICAS PÚBLICAS

A Codevasf atua na implementação de políticas públicas relacionadas à segurança hídrica, desenvolvimento territorial e sustentabilidade socioambiental.

Algumas das principais políticas e programas sob sua responsabilidade incluem:



Revitalização de Bacias Hidrográficas: Foco na recuperação ambiental de rios e mananciais, prevenindo a degradação e garantindo a qualidade e disponibilidade da água.



Infraestrutura Hídrica e Irrigação: Desenvolvimento de projetos de irrigação para aumentar a produção agrícola e fortalecer a economia regional.



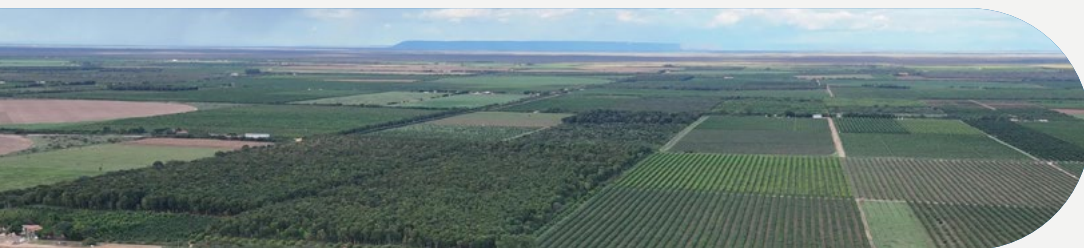
Saneamento Básico e Acesso à Água: Apoio à implementação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, beneficiando comunidades urbanas e rurais.



Inclusão socioprodutiva e Desenvolvimento Regional Sustentável: Incentivo a atividades produtivas, como piscicultura, agricultura familiar e artesanato, promovendo geração de emprego e renda.



Sustentabilidade Ambiental: A Companhia vem ampliando ações de recuperação hidroambiental, manejo integrado de bacias, revitalização de nascentes e controle de processos erosivos, além de investir em tecnologias limpas, monitoramento ambiental e critérios ESG em seus projetos estruturantes.



ANÁLISE DE CONTEXTO DA ATUAÇÃO DA CODEVASF

A análise de contexto é uma análise sistemática de identificação, classificação, organização, interpretação, consolidação e comunicação do cenário em que a empresa está inserida. Dessa forma, a partir das informações levantadas, é possível definir as melhores estratégias e planos para alcançar os objetivos desejados.

Por meio dela, pode-se avaliar fatores como: tendências, fatores políticos, socioeconômico e ambiental, fatores tecnológicos, necessidades do público-alvo, além das incertezas e preocupações. Esses dois últimos servirão de base para a gestão de incertezas e de criticidade da estratégia.

Ao longo de seus mais de 51 anos, a Codevasf vem atuando em áreas onde a presença do Estado é essencial, promovendo a implantação de infraestrutura, ampliando acesso a bens e serviços públicos

de qualidade e fomentando o desenvolvimento de diversas atividades produtivas.

As perspectivas para os próximos exercícios estão fundamentadas no fortalecimento de políticas públicas estruturantes, na redução das desigualdades regionais e na valorização das potencialidades econômicas, sociais e ambientais locais.

No campo estratégico, a Empresa pretende ampliar sua atuação integrada com estados, municípios, consórcios públicos, universidades e demais instituições federais, buscando maior sinergia entre programas, projetos e investimentos. A prioridade deverá ser dada a iniciativas que promovam a inclusão produtiva, a geração de emprego e renda, ao fortalecimento das cadeias produtivas regionais e a dinamização da economia local, especialmente em áreas mais vulneráveis do ponto de vista socioeconômico.

A sustentabilidade ambiental permanece como eixo transversal das ações planejadas. Nesse sentido, a Empresa deverá direcionar esforços para projetos que conciliem desenvolvimento econômico com uso racional dos recursos naturais, adaptação às mudanças climáticas, segurança hídrica e conservação ambiental. Serão incentivadas soluções inovadoras, o uso de tecnologias apropriadas e práticas sustentáveis que contribuam para o desenvolvimento das regiões atendidas.

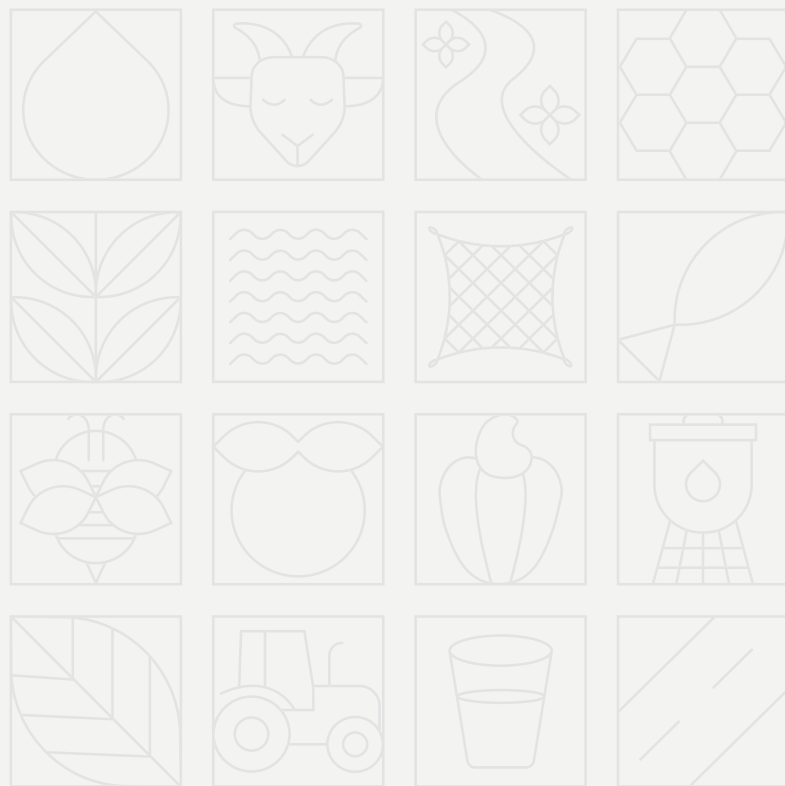
No âmbito da gestão, os planos incluem o aprimoramento contínuo dos processos internos, com foco em eficiência, transparência e governança. A Empresa seguirá investindo na modernização administrativa, na capacitação de seus empregados e no fortalecimento dos mecanismos de controle e avaliação de resultados, de modo a assegurar maior efetividade na aplicação dos recursos públicos e maior impacto das políticas implementadas. A agenda de transformação digital e inovação deverá ser incentivada e seguirá como alicerce para o alcance de resultados cada vez mais expressivos.

Dentre os principais desafios que a Codevasf terá para os próximos exercícios, podemos destacar os seguintes:

- I.** Insuficiência de recursos destinados aos Projetos Públicos de Irrigação (PPIs) sob gestão da Companhia, o que por vezes inviabiliza a adequada administração, operação, manutenção e reabilitação das infraestruturas. As despesas continuadas associadas à gestão desses projetos têm crescido e pressionado o Referencial Orçamentário Anual da Codevasf, gerando carência de recursos para cobrir outras despesas essenciais, como aquelas relacionadas ao consumo de energia elétrica;
- II.** Aprimoramento das práticas de governança corporativa e avanço na implementação de melhorias de processos, com reflexos na evolução e no aperfeiçoamento da estrutura organizacional;

- III.** Atuação direta na recuperação, reabilitação e garantia da segurança de barragens sob responsabilidade da Companhia;
- IV.** Gestão de carteira de projetos de saneamento básico marcadas por insuficiência de recursos para continuidade das iniciativas, desafio agravado no caso de obras já iniciadas;
- V.** Ampliação e consolidação dos investimentos em tecnologia da informação, incluindo a implementação de um plano abrangente de transformação digital;
- VI.** Ampliação e capacitação do quadro de pessoal, aliado à modernização na gestão de pessoas, de forma a assegurar a força de trabalho necessária às demandas crescentes da Companhia;
- VII.** Aperfeiçoamento da estrutura das novas Superintendências Regionais, garantindo condições operacionais adequadas e alinhamento aos processos corporativos;
- VIII.** Aprimoramento do alinhamento do PEI às diretrizes governamentais e aos Planos Plurianuais, fortalecendo a coerência entre planejamento, orçamento e execução.

Por fim, a Codevasf segue se consolidando como agente estratégico do desenvolvimento regional, atuando de forma proativa na identificação de oportunidades, no apoio técnico aos entes federados e na execução de projetos estruturantes de longo prazo.



3 Planejamento Estratégico e Alocação de Recursos

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

ESTRATÉGIA CORPORATIVA

Visando sempre manter-se em posição de destaque e referência na sua área de atuação, a Codevasf tem buscado, continuamente, implementar a cultura de planejamento em seus processos, alinhando-se às melhores práticas atualmente encontradas no mercado, além de cumprir as exigências legais as quais a organização se submete nos termos da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e o Decreto nº 8.945/2016 (Brasil, 2016b).

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL

O Planejamento Estratégico Institucional constitui-se em uma das mais importantes ferramentas de gestão estratégica e governança da Empresa, pois permite definir as diretrizes de longo prazo alinhadas às políticas públicas e aos anseios da sociedade em geral, bem como as estratégias (metas e objetivos anuais) que norteiam o empreendimento das ações, a alocação de recursos e processos de tomada de decisão pelos gestores visando o alcance das metas no período de sua vigência.

O [PEI da Codevasf](#), aprovado pela Resolução nº 1.180, de 14 de novembro de 2024, e Deliberação nº 53, de 25 de novembro de 2024, vigente em 2025, pode ser acessado no portal institucional, no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/governanca/planejamento/planejamento-estrategico-institucional-pei>



No Planejamento Estratégico Institucional da Codevasf foram estabelecidos 19 objetivos estratégicos, distribuídos em 4 perspectivas macro estratégicas, conforme Mapa Estratégico, apresentado na Figura 12.

MAPA ESTRATÉGICO



Figura 12 – Mapa Estratégico, PEI 2025-2030.

GERENCIAMENTO DE RISCOS SOBRE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em conformidade com a atualização estratégica de 2025, a Companhia consolidou a integração entre a gestão de riscos e o PEI 2025-2030. Durante a elaboração da estratégia de longo prazo, além da atualização das metas e dos objetivos estratégicos, foi realizada uma análise dos riscos e oportunidades relativos aos 19 objetivos estratégicos.

Após consulta aos gestores e análise técnica junto à Área de Estratégia e Finanças (AE), foram validados 12 riscos e 24 oportunidades prioritários. Para viabilizar a mitigação de incertezas e o aproveitamento de ganhos institucionais, foram estruturados 100 planos de ação (51 para riscos e 49 para oportunidades), com cronograma de implementação estabelecido até dezembro de 2026. Esta medida assegura maior resiliência operacional e alinhamento da Codevasf às metas do novo ciclo estratégico.

Quadro 3 – Riscos Relacionados à Estratégia de Companhia

Perspectiva do PEI	Objetivo Estratégico do PEI	Riscos Identificados
Gestão e Governança	OE 3 – Fortalecer a Governança, Gestão de Riscos e Integridade	Baixa Integridade dos Dados e de Segurança da Informação
		Ineficiência da Governança e Gestão
	OE4 – Garantir a Gestão Estratégica Institucional e o Incentivo à Inovação	Expansão da Empresa Desalinhada com a Capacidade Institucional
		Comprometimento Imagem Institucional
		Estratégia Desalinhada aos Resultados
	OE5 – Buscar a Excelência na Gestão de Recursos Administrativos	Contingenciamento de Operações
	OE6 – Otimizar a Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil	Insegurança Orçamentária e Financeira
		Contingenciamento de Operações
OE1 – Aprimorar a Gestão de Pessoas e a Qualidade de Vida	Perda de Oportunidades em Gestão Estratégica de Pessoas	

Perspectiva do PEI	Objetivo Estratégico do PEI	Riscos Identificados
Gestão e Governança	OE2 – Promover a Modernização Tecnológica e a Transformação Digital	Estagnação Tecnológica
		Baixa Integridade dos Dados e de Segurança da Informação
Políticas Públicas	OE8 – Buscar a Universalização do Acesso à Água e ao Saneamento	Ineficiência na Implementação das Políticas Públicas e na Sustentabilidade de Projetos e Ações
	OE11 – Contribuir para a Promoção da Inclusão Produtiva	
	OE12 – Promover a Mecanização & Modernização Territorial	
	OE15 – Ampliar Parcerias e Investimentos em Projetos de Irrigação	
	OE16 – Modernizar e Inovar em Projetos de Irrigação	
	OE17 – Promover o Manejo Sustentável de Recursos Naturais	Ineficiência na Implementação das Políticas Públicas e na Sustentabilidade de Projetos e Ações
	OE19 – Promover a Revitalização das Bacias Hidrográficas	
	OE7 – Planejar com Base em Estudos Territoriais e Demandas da Sociedade	Ineficiência na Promoção da Redução das Desigualdades Regionais
	OE13 – Qualificar a Infraestrutura e a Logística Urbana e Rural para o Escoamento da Produção	
	OE10 – Fortalecer a Infraestrutura Hídrica em Alinhamento com as Políticas de Convivência com a Seca	
	OE14 – Desenvolver a Agricultura Irrigada Sustentável	
	OE9 – Aperfeiçoar as Operações Hidroagrícolas	
OE18 – Garantir a Conformidade Ambiental nas Iniciativas Organizacionais	Inconsistência na elaboração / cumprimento de planos, políticas e programas	

DESAFIOS PARA O ALCANCE DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O aumento da área de atuação e a estagnação do orçamento de investimentos da Lei Orçamentária Anual (LOA) constituem os fatores que mais impactam na atuação da Companhia.

Esse cenário exige a contínua manutenção da estratégia de longo prazo e traz, portanto, novos desafios. Para enfrentá-los, é necessário adotar medidas a fim de adequar-se à nova conjuntura econômica, social e política do país para continuar cumprindo a missão institucional. Dentre os desafios, destacam-se:

- I. Atualizar a estrutura organizacional à nova geografia de atuação assim como às competências requeridas para o negócio;
- II. Redimensionar, reter e capacitar sua força de trabalho;
- III. Implantar tecnologias para agilizar os processos de trabalho;
- IV. Promover a modernização tecnológica e a transformação digital;
- V. Elaborar modelos, métodos e implantar a gestão de processos e de projetos;
- VI. Fortalecer o processo de monitoramento e a avaliação da estratégia organizacional;
- VII. Realizar estudos, diagnósticos e planos de recursos hídricos e de desenvolvimento para as novas áreas de atuação;
- VIII. Aumentar o orçamento ordinário para projetos estratégicos e outros investimentos estruturantes;
- IX. Aperfeiçoar a gestão dos recursos extraordinários, considerando o planejamento realizado, a fim de potencializar os impactos de desenvolvimento previstos no portfólio de projetos da empresa;
- X. Aperfeiçoar a governança institucional fortalecendo os mecanismos de estratégia, liderança e controle; e
- XI. Iniciar estudos que visem a inserção da Codevasf nas discussões sobre economia verde: energia limpa, economia circular, mercado de carbono, mudanças climáticas entre outros temas correlatos.



PLANO ANUAL DE NEGÓCIOS

O PAN é o desdobramento nos níveis tático e operacional dos objetivos a serem perseguidos pela Empresa para o cumprimento da sua Missão e alcance da sua Visão de Futuro. Os projetos estabelecidos para o exercício de 2025 foram vinculados aos Objetivos Estratégicos definidos no PEI (2025-2030), possibilitando:

- I. a definição das prioridades para o próximo exercício, gerando estabilidade e continuidade do planejamento institucional;
- II. o alinhamento entre os níveis estratégico, tático e operacional; e
- III. a definição de critérios para a alocação de recursos e continuidade dos projetos estratégicos.

A elaboração deste instrumento de governança encontra respaldo no inciso I do § 1º do artigo 23 da Lei nº 13.303/2016, no inciso I do § 1º do artigo 37 do Decreto nº 8.945/2016, e no inciso III do artigo 6º do

Estatuto Social da Codevasf. Além disso, existem inúmeras recomendações dos Órgãos de Controle – TCU e Controladoria-Geral da União (CGU) – bem como um vasto conjunto de normativos legais que visam promover a melhoria da gestão e governança das empresas públicas.

A 3ª e última etapa do PAN 2025 (Pós-LOA) foi aprovada por meio da Deliberação Codevasf nº 25, de 26 de maio de 2025 (Codevasf, 2025a), tendo dois indicadores principais de acompanhamento:

- I. indicador de empenho; e
- II. indicador de liquidação.

Esses indicadores permitem que os gestores e colaboradores possam avaliar e contribuir para o melhor desempenho da Empresa, reforçando sua importância na execução das políticas públicas socioeconômicas e ambientais.

Em 2025, do total do Orçamento disponibilizado para a Codevasf, foi empenhado 98%, atingindo o valor de R\$ 2,98 bilhões, do total de 3,04 bilhões (Figura 13).

Em relação aos Restos à Pagar, a meta de Liquidação para 2025 era de 50% do total, entretanto, a Codevasf liquidou R\$ 2,76 bilhões, representando 35,9% do total (Figura 14), que corresponde a aproximadamente 80% da meta de liquidação estabelecida.

Integram a última versão do PAN de 2025 (3ª Etapa Pós-LOA) 581 projetos/atividades, que totalizaram um orçamento total, à época, de R\$ 6,8 bilhões (LOA + Restos à Pagar), considerando a dotação atualizada, os Termos de Execução Descentralizados (TEDs) e os valores inscritos em restos a pagar.

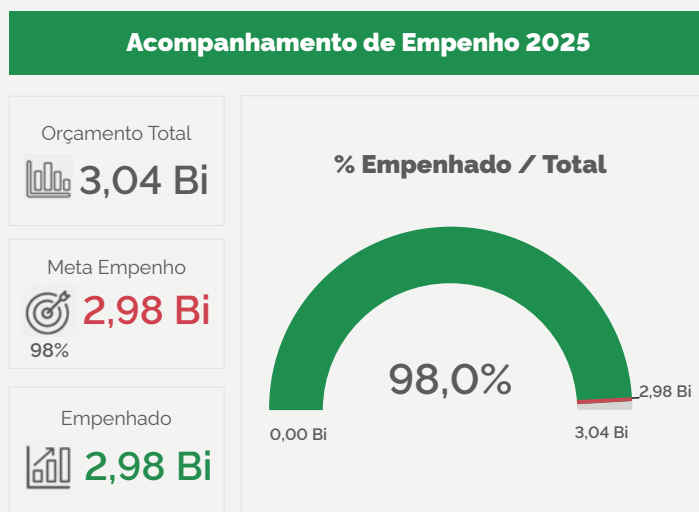


Figura 13 – Desempenho da meta de empenho do PAN 2025



Figura 14 – Desempenho da meta de liquidação do PAN 2025

A Figura 15 apresenta os valores empenhados e liquidados nos últimos anos pela Codevasf. Observa-se variação no volume liquidado em relação aos exercícios anteriores, refletindo fatores operacionais e orçamentários específicos do exercício.

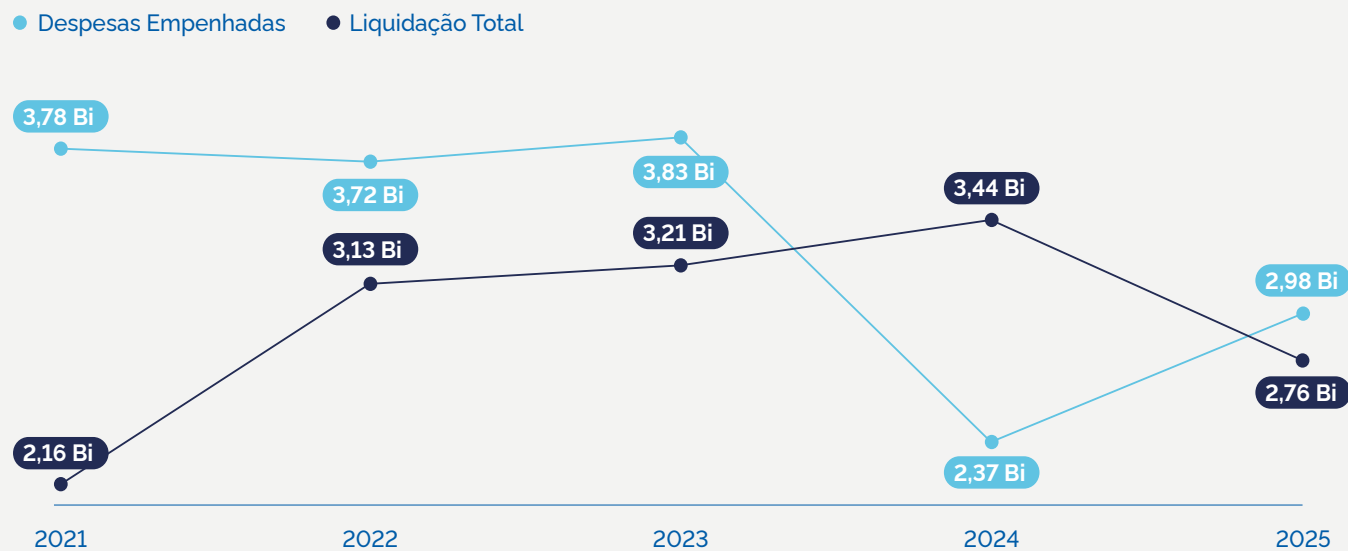


Figura 15 – Histórico de valores empenhados e liquidados (2021-2025)

NOTA SOBRE RECURSOS DE EMENDAS PARLAMENTARES

Após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) N.º 854^{1,2}, as emendas de comissão (RP8), foram mantidas, mas com exigências sobre de transparência e rastreabilidade. Já as emendas de relator (RP9) foram declaradas inconstitucionais. Neste contexto, passa a ser obrigatório o registro da autoria das propostas e a divulgação clara de informações sobre a destinação dos recursos, incluindo beneficiários e localização do gasto, para permitir o controle público e dos órgãos de fiscalização, como a CGU e o TCU.

A decisão autorizou o bloqueio de repasses de emendas de comissão que não obedecessem às regras de transparência. Emendas que não tiveram a indicação do beneficiário e valor aprovados formalmente pela comissão foram suspensas até regularização.

Portanto, as dotações da RP8, que anteriormente foram bloqueadas, mas que cumprem os requisitos estabelecidos pela ADPF N.º 854, foram liberadas para a Codevasf na ordem de R\$ 331 milhões de despesas empenhadas. Em contrapartida, as da RP9 permanecem indisponíveis.

1 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 854. Relator: Min. Flávio Dino. Brasília, DF, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Despacho-ADPF854.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026

2 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 854. Relator: Min. Rosa Weber. Brasília, DF, 6 dez. 2021. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF-854113decisao_monocratica11.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

O Gerenciamento de Riscos Corporativos justifica sua existência quando associado à construção do processo decisório e em defesa da estratégia organizacional definida, constituindo assim um processo integrado.

Ele se associa à governança de uma empresa, uma vez que riscos precisam ser identificados, analisados, tratados e monitorados para que não constituam entraves e não se materializem em problemas de difícil transposição para as operações executivas.

A estratégia utilizada para o gerenciamento dos riscos corporativos é a segmentação por meio de disciplinas, conforme Figura 16, tendo em vista a amplitude das pautas e linhas de negócio que a Empresa desenvolve.

A expectativa é que, ao aprimorar a maturidade, o gerenciamento de riscos corporativos construa valor para a organização e contribua para o cumprimento de sua missão institucional.



Figura 16 – Disciplinas de Riscos Corporativos da Codevasf

IMPLEMENTAÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS NOS PROCESSOS

A Codevasf alcançou, em 2025, o marco estratégico da implementação plena do gerenciamento de riscos em processos em todas as suas Áreas e Superintendências Regionais. O projeto, executado de forma escalonada em quatro ciclos geográficos, possibilitou o contato direto e a capilarização da gestão de riscos por toda a área de atuação da

Companhia, integrando a Sede e as unidades regionais sob uma mesma diretriz de controle. Mais do que uma conformidade metodológica, a conclusão dessa implementação permite a otimização dos fluxos de trabalho, garantindo maior resiliência operacional e segurança nos processos decisórios em todos os níveis da instituição.

GERENCIAMENTO DE RISCOS NAS CONTRATAÇÕES E DOAÇÕES

A Codevasf mantém o acompanhamento e monitoramento de riscos nas Contratações e Doações, por meio do [Plano de Gerenciamento de Riscos nas Contratações e Doações](#).

Em alinhamento com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos (RILC), foi dada continuidade à aplicação da [Metodologia](#) e utilização da Planilha Documentadora para Elaboração do Mapa e Matriz de Riscos das Contratações Específicas visando maior segurança e eficiência nas entregas de obras e serviços à sociedade, garantindo segurança

jurídica e proteção institucional, tanto para a Empresa quanto para quem atua na gestão e fiscalização de contratos.

Em 2025 a Codevasf aprovou a Metodologia para identificação de Contratações Críticas da Codevasf, que estabelece os critérios de avaliação para identificação e ranqueamento dos contratos celebrados, conforme sua criticidade. Essa avaliação auxiliará a gestão a priorizar esforços considerando a relevância e a complexidade dos contratos, visando a prevenção de fraudes e corrupção.

AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DO GERENCIAMENTO DE RISCO NA CODEVASF

O Índice de Maturidade da Gestão de Riscos constitui um dos indicadores do PEI 2025-2030, vinculado ao Objetivo Estratégico OE3. No exercício de 2025, a Codevasf promoveu o aprimoramento do modelo de avaliação institucional, estabelecendo uma metodologia que detalha critérios, dimensões e indicadores para avaliações periódicas.

Na aferição concluída em outubro de 2025, o índice demonstrou um avanço no gerenciamento de riscos da Codevasf, passando de 37,92% para 50,38%, refletindo o compromisso da Companhia com a modernização de seus controles internos e a consolidação de uma cultura de gestão de riscos.

IESGO E IG-SEST

A Codevasf consolidou sua posição de liderança nacional em governança ao atingir a marca de 90,7% no Índice de Governança e Sustentabilidade - iESGo do TCU. Esse desempenho posicionou a Companhia entre as 20 melhores organizações de um total de 387 participantes, refletindo a maturidade na integração de práticas socioambientais à estratégia corporativa. O resultado vem sendo acompanhado por um monitoramento rigoroso de evidências ao longo do ano, cujos resultados demonstram uma evolução em 2025.

Indicadores da Avaliação

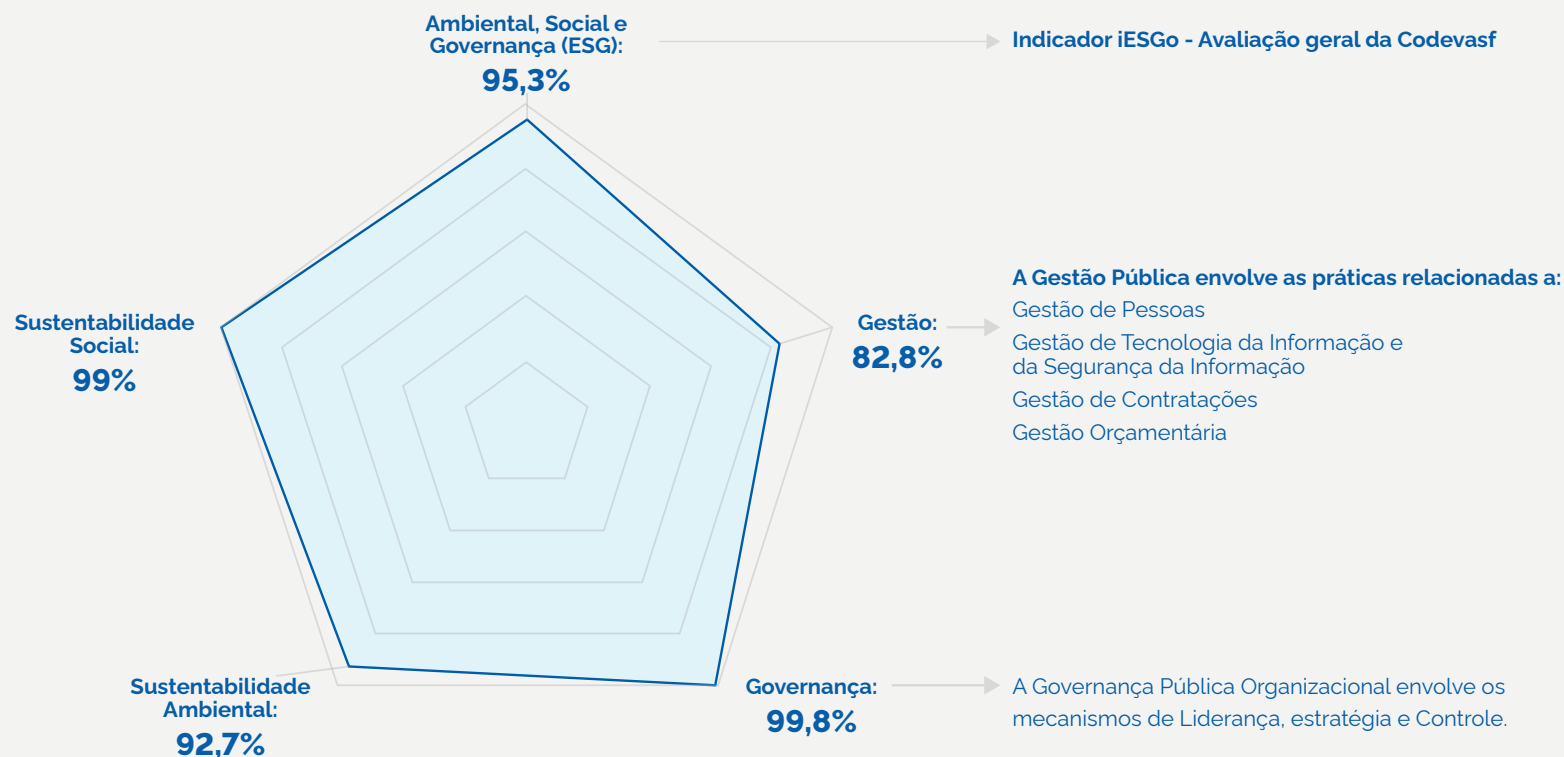


Figura 17 - iESGo - Resultados por Dimensão da Codevasf - Dezembro/2025

Complementarmente, no âmbito do Indicador de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - IG-SEST — iniciativa do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) para fortalecer a governança e o ambiente de inovação nas estatais — a Codevasf obteve 8,97 pontos, atingindo o nível de “Excelência” nas dimensões de Governança Corporativa e de Políticas Públicas, este último com destaque para o resultado de 100%, demonstrando o importante papel da Codevasf em proporcionar melhorias nos resultados de entrega à sociedade.

A Codevasf tem intensificado a integração entre suas unidades orgânicas para o aprimoramento contínuo de seus processos de controle, promovendo a disseminação de uma cultura de conscientização por meio de um cronograma de comunicações e treinamentos, abrangendo os níveis presencial e virtual.

Entre as principais iniciativas, destaca-se o desenvolvimento e a disponibilização do curso *online* sobre a Metodologia de Gerenciamento de Riscos e da Matriz de riscos nos Contratos, no Portal da Educação da Codevasf.

Em relação às capacitações, em 2025, foram registradas 723 participações relacionadas ao tema Riscos e Controle Interno, em diferentes cursos.



INTEGRIDADE

No exercício de 2025, a Codevasf avançou significativamente na consolidação de sua estrutura de integridade, com a revisão e consolidação do Programa de Integridade, alinhado ao Decreto nº 11.129/2022 (Brasil, 2022a), à Resolução CGPAR nº 45/2022 (Brasil, 2022b), ao Planejamento Estratégico Institucional 2025–2030 e às recomendações da CGU no âmbito do Programa de Integridade por Mentoria e Assessoramento - PRISMA. Paralelamente, foi elaborado o novo Plano de Integridade para o ciclo 2026–2029, complementado pelo Plano de Combate à Fraude e à Corrupção, que integra a gestão de riscos à integridade de forma sistêmica.

Marco relevante de integridade no período foi a publicação do primeiro edital de licitação da Codevasf contendo cláusula anticorrupção. Essa medida representa um avanço significativo na incorporação de mecanismos preventivos de integridade nas contratações públicas, reforçando a responsabilização dos fornecedores, induzindo boas práticas no mercado e alinhando a Companhia às diretrizes contemporâneas de governança e *compliance*. A inserção da cláusula anticorrupção nos instrumentos convocatórios consolida a atuação com integridade nas relações com terceiros, fortalecendo o ambiente de conformidade nas contratações regidas pela Lei nº 13.303/2016.

Complementarmente, foi lançada a Cartilha de Integridade e Ética para Fornecedores, e coordenada a adesão da Codevasf ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, com a Companhia alcançando a pontuação expressiva de 85,10 pontos em um total de 100, reafirmando seu compromisso com elevados padrões de integridade nas relações com o setor privado.





TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Na Codevasf, as ações relativas à transparência são coordenadas pela ouvidoria da Codevasf. A Codevasf publica em seu sítio na internet a página de Transparência e Prestação de Contas, informações sobre a gestão da empresa em cumprimento a determinações constantes em acórdãos do TCU, de acordo com o Guia de Padronização de Informações das Empresas Estatais Federais.

O Fala.BR é a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Poder Executivo Federal. Por meio dela, qualquer cidadão pode enviar pedidos de acesso à informação e manifestações de Ouvidoria (denúncias, elogios, reclamações, sugestões e solicitações) à ouvidoria da Codevasf. Além disso, é possível acompanhar o cumprimento dos prazos legais de cada demanda, bem como é assegurada a proteção aos dados dos denunciante, conforme legislação vigente.

Canal Principal


O Sistema Eletrônico de Informações ao Cidadão (e-SIC) foi integrado ao Fala.BR.

Canal de Denúncias
Por meio deste canal, pode-se apresentar denúncias sobre:


Fraude	Corrupção	Improbidade administrativa
Assédio	Conduta Inadequada	Discriminação

Garantia de proteção ao denunciante
<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/ouvidoria>


Outros Canais de Atendimento




(61) 2028-4610



ouvidoria@codevasf.gov.br



Ouvidoria Codevasf
SGAN 601, Conjunto I, sala 420.
Ed. Manoel Novaes.
Brasília/DF - CEP: 70830-019



Ainda é possível agendar uma conversa presencial com o Ouvidor, em Brasília, por meio do telefone (61) 2028-4610

*Horário de atendimento: de segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 12h e das 14h às 17h.

Figura 18 – Canais de Atendimento – Transparência e Prestação de Contas Codevasf

Em 2025, a Companhia conseguiu atender a 100% dos itens obrigatórios de transparência ativa da CGU, entre as informações disponibilizadas destacou-se a implementação do uso do e-Agendas, Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal. Outro marco foi a premiação da Codevasf por atingir o nível Diamante de transparência no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). A Companhia ficou em 3º lugar dentre todas as instituições públicas federais avaliadas. No evento de premiação, ocorrido no TCU, foi destacado que a Codevasf foi uma das 3 instituições que demonstraram “Saltos Notáveis” devido à grande evolução na transparência entre 2023 e 2025.

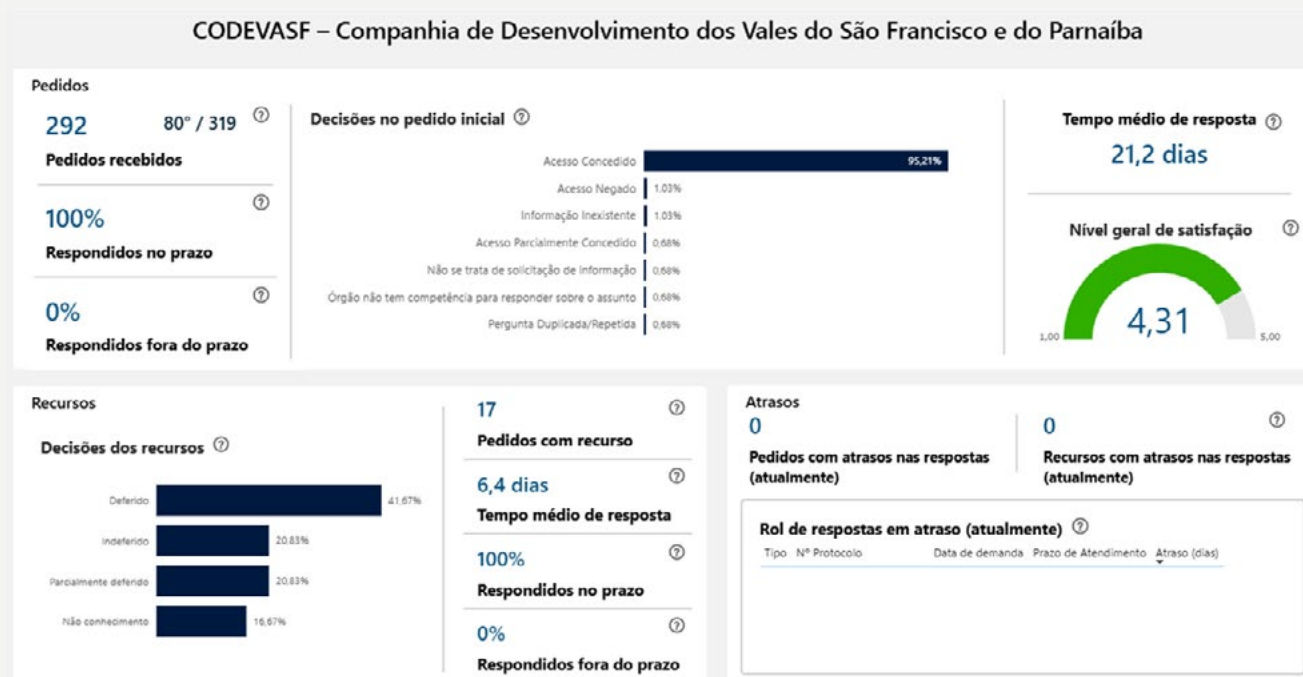


Figura 19 - Painel da Lei de Acesso à Informação (LAI) relativo aos pedidos de acesso à informação recebidos pela Codevasf, em 2025

Fonte: CGU (2026)

Anualmente a Ouvidoria publica Relatório apontando as oportunidades de melhorias com base nas demandas recorrentes. Entre os destaques de 2025 está a criação de um Grupo de Trabalho para a elaboração e publicação do Inventário de Dados da Empresa e o Catálogo de Dados Abertos da Codevasf.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

CONFORMIDADE LEGAL

As contratações da Codevasf são precedidas de licitação atendendo à/aos:

- Lei nº 13.303/2016;
- Decreto nº 8.945/2016;
- Regimento Interno de Licitações e Contratos; e
- Outras legislações aplicáveis.

TRANSPARÊNCIA E CELERIDADE

A empresa utiliza os meios eletrônicos em todos os processos licitatórios, acessíveis pelo endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, atendendo aos princípios constitucionais de eficiência, economicidade, celeridade e transparência.

Todas as licitações realizadas pela Codevasf utilizam a plataforma Comprasnet. A Companhia, sendo órgão pioneiro, firmou acordo de cooperação com a CGU para utilização do Sistema de Análise de Editais e Licitações (Alice), que tem como objetivo dar mais transparência aos procedimentos licitatórios.

LICITAÇÕES

TOTAL
403

VALOR
R\$ 9,3 BI

ADJUDICADO
R\$ 6.5 BI

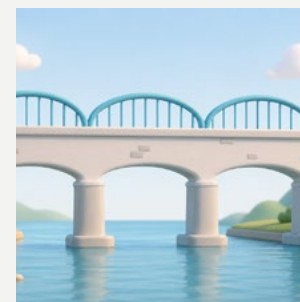
MÉDIA DE DESÁGIO
30,7%



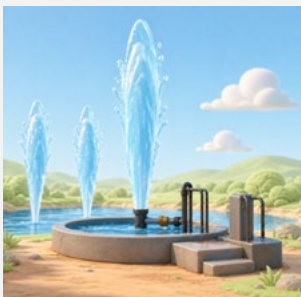
Pavimentação
R\$ 3.700.956.772,68



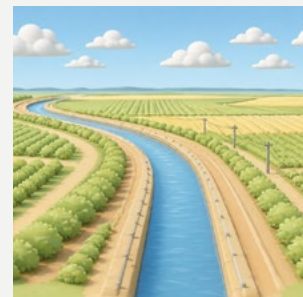
Máquinas e Equipamentos
R\$ 3.691.833.149,48



Passagens Molhadas
R\$ 393.424.393,00



Poços Tubulares
R\$ 306.421.209,33



Obras Hídricas
R\$ 33.882.674,67



Outras
R\$ 1.058.439.093,89

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) compreende o conjunto de práticas, processos e estratégias voltados ao planejamento, organização, direção e controle dos recursos tecnológicos da Empresa. Tais recursos abrangem infraestrutura (hardware, software e redes), dados, sistemas corporativos, processos e pessoas vinculadas à área de tecnologia.

Seu objetivo principal é assegurar o alinhamento da tecnologia às estratégias institucionais, de modo a contribuir para o alcance dos resultados organizacionais, promover a eficiência operacional, otimizar custos e fomentar a inovação.

Atualmente, a Empresa mantém a sustentação e o desenvolvimento interno de 18 sistemas corporativos principais. No exercício de 2025, foram executadas relevantes implantações, evoluções e manutenções

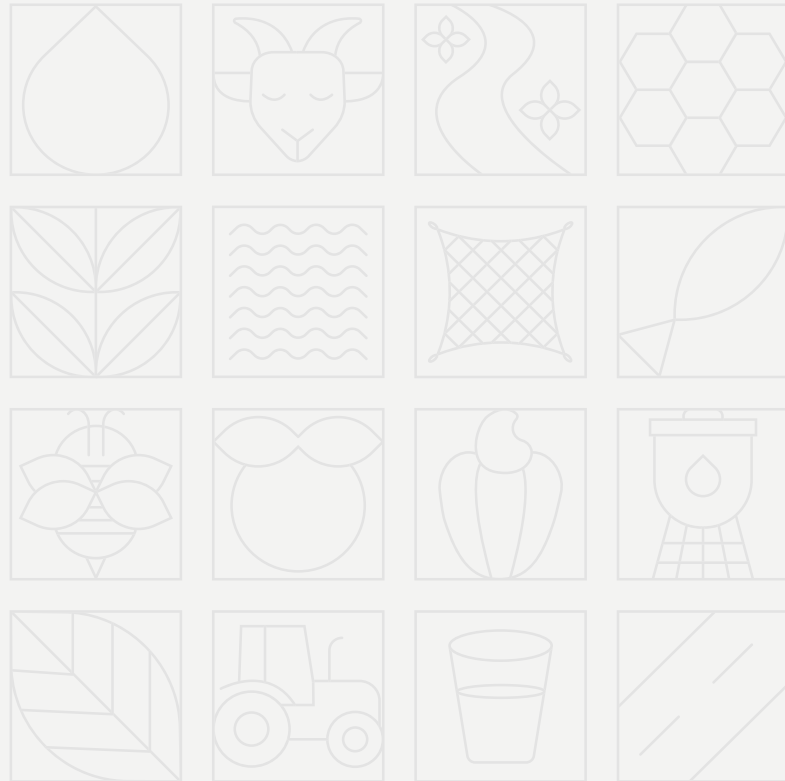
MODELO DE GOVERNANÇA DE TI

A Governança de TI constitui um modelo estratégico que estabelece políticas, diretrizes, papéis, responsabilidades e mecanismos de controle destinados a assegurar que a tecnologia da informação esteja alinhada aos objetivos institucionais e gere valor à organização.

Diversas iniciativas têm sido conduzidas para aprimorar a maturidade da empresa em relação à governança de TI. Entre essas ações, no exercício de 2025, foram concluídas as iniciativas de Implantação das práticas de Gestão do Conhecimento, Habilitação de Mudança, Gerenciamento de Ativos de TI, bem como a adoção de soluções de ITSM e de Gestão de Projetos e Portfólio.

O Escritório de Projetos de TI tem desempenhado um papel fundamental no apoio à Gerência de Tecnologia da Informação, especialmente na gestão do portfólio de projetos de TI, contribuindo para um planejamento mais eficiente e eficaz.

Como reflexo do fortalecimento da governança e da gestão de Tecnologia da Informação, a Codevasf, registrou um avanço expressivo no Índice ESG do Tribunal de Contas da União (iESGo), com destaque para o componente iGovTI, que avalia a maturidade da governança e da gestão de TI e de Segurança da Informação na Administração Pública Federal. Em 2024, a Companhia alcançou 71,5% de conformidade, patamar classificado como nível aprimorado, representando uma evolução significativa em relação ao índice de 47,5% registrado em 2021.



4 Investimentos

INVESTIMENTOS

A Codevasf executa políticas públicas nas áreas de infraestrutura, segurança hídrica, agricultura irrigada, revitalização de bacias hidrográficas e inclusão socioproductiva.

A Companhia tem na Agricultura Irrigada um de seus principais pilares de atuação desde sua criação. Ao investir na implantação e na gestão de Projetos Públicos de Irrigação - PPIs, a Companhia promove o desenvolvimento regional, impulsionando a produção agrícola.

A Inclusão socioproductiva é responsável por gerar emprego e renda, além de atrair investimentos e fortalecer a diversificação de atividades e a economia local, promovendo a inserção de jovens no mercado de trabalho e a fixação do trabalhador no meio rural.

As ações de Segurança Hídrica, por sua vez, têm como objetivo garantir o acesso à água de qualidade, em quantidade suficiente para a manutenção dos meios de vida, do bem-estar humano e do desenvolvimento socioeconômico, considerando seus diversos usos.

Além disso, essas iniciativas buscam mitigar os efeitos das mudanças climáticas, como secas e enchentes, além de preservar os ecossistemas por meio da regularização das vazões ecológicas e assegurando a qualidade da água.

A revitalização das bacias hidrográficas também tem como foco a recuperação hidroambiental, por meio do manejo adequado de solo e água nas propriedades rurais, esgotamento sanitário e a conservação/preservação de outros recursos naturais, incluindo flora e fauna e respeitando as características de cada bioma. Essas ações buscam reduzir a erosão e recuperar a capacidade de infiltração dos solos a fim de aumentar o processo de armazenamento da água nos solos e nas rochas, que alimentarão as nascentes e os poços ao longo do ano.

A implantação de infraestrutura garante a melhoria da qualidade de vida da população, além de auxiliar no escoamento da produção e na mobilidade urbana e rural, levando desenvolvimento e reduzindo a desigualdade social.



+11,6 milhões
de pessoas beneficiadas
pelas ações da Codevasf 2025

PRINCIPAIS ENTREGAS EM 2025

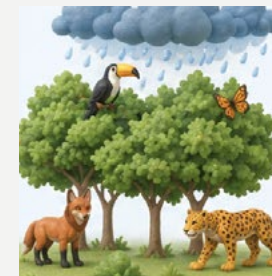
**+ DE 213 MIL
BENS DOADOS**



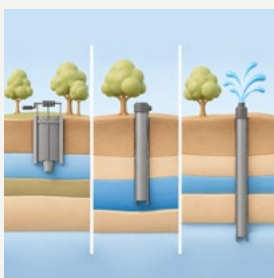
**661 KM
PAVIMENTADOS**



**288 MÓDULOS
SANITÁRIOS
3 SES**



**10.408 HECTARES
REC. HIDROAMBIENTAL**



**649 POÇOS
840 CISTERNAS
2 SAA**



**74 OBRAS
CONCLUÍDAS***



**6,5 MILHÕES
DE ALEVINOS**



**39 PROJETOS DE
IRRIGAÇÃO MANTIDOS**

* pontes, espaços públicos urbanos e obras de infraestrutura de produção e comercialização

BALANÇO DAS DOAÇÕES

**1.756 TRATORES
AGRÍCOLAS**



**594 EQUIPAMENTOS
DE LOGÍSTICA
DE PRODUÇÃO**



**564 CAMINHÕES
E VEÍCULOS**



**4.460 IMPLEMENTOS
AGRÍCOLAS**



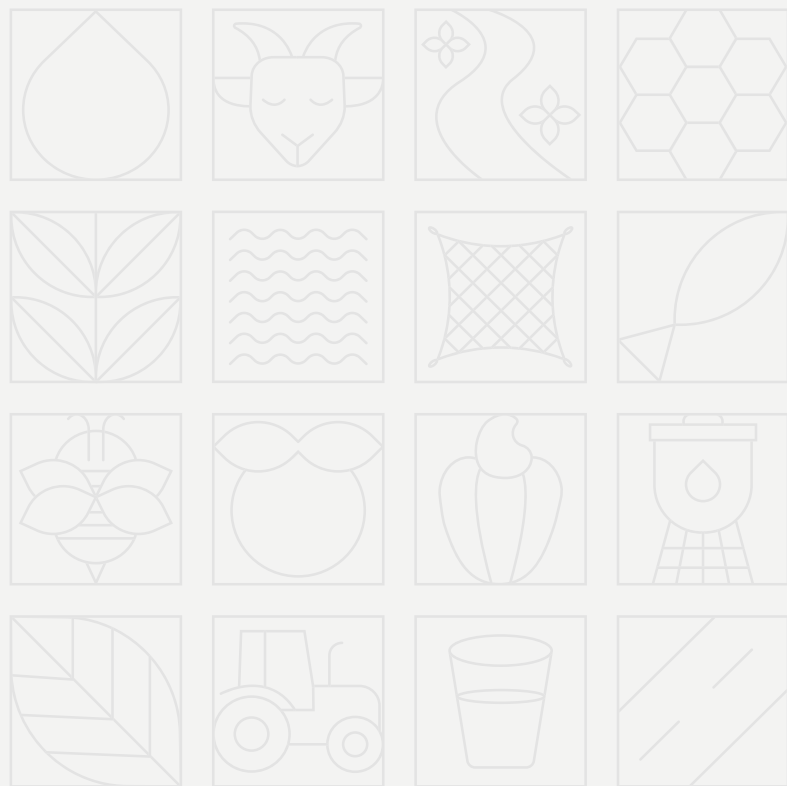
**15.074
EQUIPAMENTOS APL**



**682 KITS DE
IRRIGAÇÃO**



**190 MIL
DEMAIS ITENS DE APOIO**



5 Recursos Humanos

RECURSOS HUMANOS

CONFORMIDADE LEGAL

A Codevasf é regida por seu Estatuto Social, pelas Leis nº 6.088, de 16 de julho de 1974, que dispõe sobre a sua criação e da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que versa sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. pelos Decretos nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que regulamenta a Lei 13.303/2016 e, subsidiariamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 que dispõe sobre a sociedade por ações e demais normas de direito aplicáveis (Brasil, 1974; Brasil, 1976; Brasil, 2016a; Brasil, 2016b).

Os empregados da Codevasf ingressam no quadro permanente por meio de concurso público, garantindo igualdade de acesso, transparência e critérios objetivos e são contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

A Gestão de Pessoas é fortemente influenciada pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), que estabelece regras sobre recrutamento, seleção,

promoção, nomeação de dirigentes, vedação ao nepotismo, prevenção de conflitos de interesse e implementação obrigatória de programas de integridade, compliance e gestão de riscos (Brasil, 2016a).

A Companhia assegura os direitos trabalhistas e sindicais, incluindo negociação coletiva, saúde e segurança no trabalho, igualdade de oportunidades e não discriminação, nos termos da CLT, da Constituição Federal e da legislação complementar aplicável.

Por fim, a conformidade é reforçada por mecanismos de controle, auditoria e transparência, com fiscalização pelos tribunais de contas e órgãos de controle interno, bem como pela observância da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) (Lei nº 13.709/2018), assegurando o equilíbrio entre eficiência empresarial e interesse público (Brasil, 2011; Brasil, 2018).

AVALIAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

QUANTITATIVO DE PESSOAL

A Empresa tem seu quadro de pessoal limitado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). A Portaria SEST/MGI N° 1.726, de 20 de abril de 2023, fixa o limite para o quadro de pessoal próprio da Codevasf em 2.107 vagas, sendo 2.097 do quadro permanente e 10 do quadro temporário de anistiados.



2016 - 1.773 vagas

Portaria SEST n° 8, de 20 de dezembro de 2016.



2020 - 1.765 vagas

Portaria SEST n° 25.480, de 28 de dezembro de 2020.



2021 - 1.785 vagas

Portaria SEST n° 6.579, de 10 de junho de 2021.



2023 - 2.107 vagas

Portaria SEST n° 1.726, de 20 de abril de 2023.

Figura 20 – Evolução do limite de quadro de pessoal da Codevasf (2016 a 2025).

Em 2025, a força de trabalho continuou aumentando como consequência das contratações de candidatos aprovados no Concurso Público Edital n° 01/2020 e no Concurso Público do Edital n° 01/2024, devido ao aumento do quadro de pessoal ocorrido em 2023 (Portaria SEST/MGI N° 1.726/2023), totalizando 225 (duzentos e vinte e cinco) contratações de empregados de carreira em 2025 (Tabela 3).

Tabela 3 – Composição da força de trabalho da Codevasf nos últimos três anos (2023-2025)

TIPOLOGIA DO CARGO	2023	2024	2025
Empregado de Carreira	1.834	1.836	1.915
(-) cedidos	(55)	(56)	(53)
Empregados Comissionados	62	63	62
Diretor-Presidente e Diretores	5	5	5
TOTAL DA FORÇA DE TRABALHO	1.846	1.848	1.929

MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO

Em atendimento ao §6º do art. 133 da Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.) - incluído pela Lei n° 15.177, de 23 de julho de 2025, que estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração das sociedades empresárias que especifica; e que também altera a Lei n° 13.303, de 30 de junho de 2016 (Lei de Responsabilidade das Estatais),

são apresentadas nas tabelas a seguir as informações sobre a proporção de mulheres contratadas por nível hierárquico, quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Codevasf, e a evolução comparativa dos dados anteriormente citados entre o exercício findo (2025) e o exercício imediatamente anterior (2024). Em atenção à alínea c)

do inciso I do §6º do referido artigo, informa-se que os valores das funções de confiança (gestão) e cargos em comissão independem de sexo e são aqueles fixados no Plano de Funções e Gratificações (PFG) da Codevasf, que pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

<https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/planejamentoprogramas-planos-e-cartas/planos/plano-de-funcoes-e-gratificacoes-pfg>



Tabela 4 – Proporção e Evolução de Mulheres na Força de Trabalho da Codevasf – Nível Hierárquico

Nível de Escolaridade	Total de Empregados		Quantidade de Mulheres		Evolução Comparativa	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Fundamental	259	198	5	5	2%	3%
Médio	282	251	93	93	37%	37%
Superior	1.302	1.475	470	529	36%	36%
TOTAL	1.843	1.924	568	627	31%	33%

Tabela 5 – Proporção e Evolução de Mulheres na Força de Trabalho da Codevasf – Cargos Ocupados

Função	Total de Empregados		Quantidade e Mulheres		Evolução Comparativa	
	2024	2025	2024	2025	2024	2025
Subchefe	1	1	1	1	100%	100%
Chefe	265	279	84	89	32%	32%
Gerente	85	89	16	16	19%	18%
Superintendente	16	16	0	0	0%	0%
Diretor	4	4	1	1	25%	25%
Diretor-Presidente	1	1	0	0	0%	0%
TOTAL	372	390	102	107	27%	27%

DESPESAS COM PESSOAL

A Figura 21 apresenta as despesas com pessoal no ano de 2025, o valor total foi de R\$ 514.337.203, ocasionando um aumento de 10,01% em relação ao ano anterior, que foi de R\$ 457.748.536. Esse aumento decorreu, principalmente à contratação de novos empregados e aos novos acordos coletivos aprovados nos respectivos períodos.

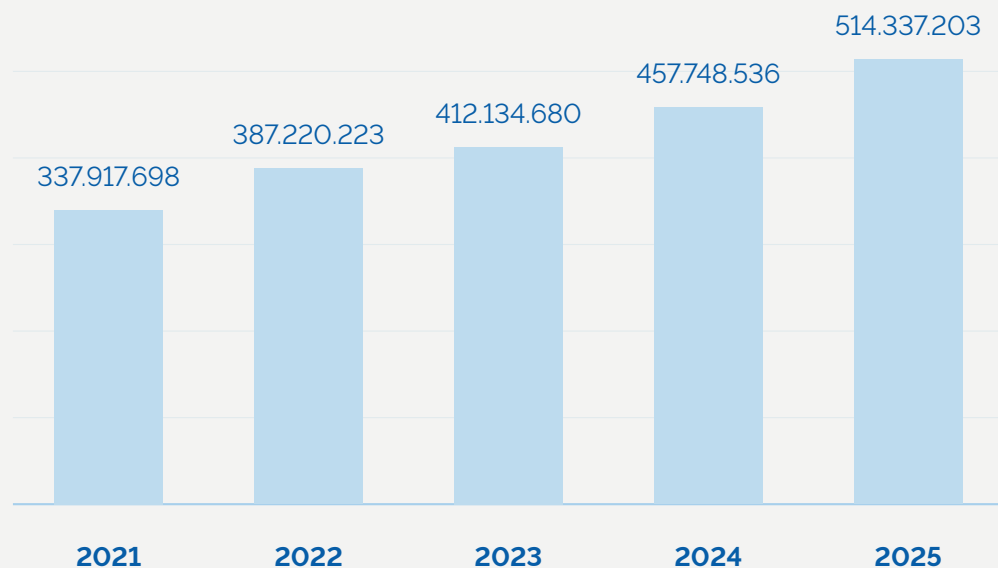


Figura 21 – Evolução da despesa (em R\$) com pessoal entre os anos de 2021 e 2025.

PLANO DE DESLIGAMENTO INCENTIVADO – PDI 2025

O PDI foi instituído pela Deliberação nº 48, de 26 de setembro de 2024, respaldado pela Resolução CGPAR/ME nº 50, de 27 de dezembro de 2023 e seguindo orientações da SEST.

O PDI 2025 teve como objetivo principal a oferta de condições especiais para incentivar o desligamento voluntário de empregados do quadro permanente da Codevasf, de forma planejada, transparente e responsável, observados os critérios técnicos, legais e administrativos aplicáveis.

O referido instrumento contribuiu para o equilíbrio da força de trabalho, possibilitando a renovação gradual do quadro de pessoal em consonância com as necessidades futuras da Empresa e assegurando previsibilidade orçamentária, bem como a continuidade das atividades institucionais.

O Plano registrou 119 desligamentos, distribuídos entre 50 empregados ocupantes do cargo de Auxiliar Operacional em Desenvolvimento Regional, 32 do cargo Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional e 37 de cargos de nível superior (1 Advogado, 1 Analista em Comunicação e 35 Analistas em Desenvolvimento Regional).

PERFIL DE EMPREGADOS EFETIVOS

A estrutura de cargos no Plano de Carreiras e Salários (PCS, 2009) é composta pelos seguintes grupos de cargos, segundo o nível de escolaridade:

a) Operacional (em extinção) – Cargo que exige de seus ocupantes curso completo correspondente ao ensino fundamental ou equivalente.

- Auxiliar Operacional em Desenvolvimento Regional.

b) Médio – Cargo que exige de seus ocupantes curso completo correspondente ao ensino médio ou equivalente.

- Assistente Técnico em Desenvolvimento Regional.

c) Superior – Cargos que exigem de seus ocupantes curso completo correspondente à educação superior.

- Advogado da Codevasf;
- Analista em Comunicação;
- Analista em Serviços de Saúde; e
- Analista em Desenvolvimento Regional.

Considerando que o cargo de nível operacional está em extinção e que não houve vagas para o cargo de nível médio nos últimos dois concursos públicos, verifica-se que o percentual de empregados de nível superior tende a um aumento constante.

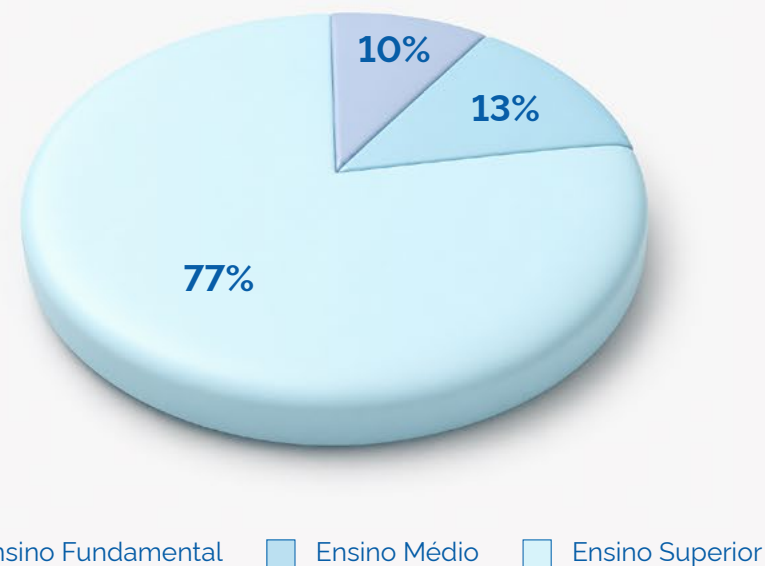


Figura 22 – Distribuição da força de trabalho por nível de escolaridade.

Quanto à faixa etária e o gênero do quadro efetivo da Codevasf, a distribuição apresenta-se de acordo com a Figura 23, a seguir.

A maior parte dos funcionários é do gênero masculino (70%) e 26% dos funcionários encontra-se entre 41 e 50 anos (26%), sendo que a distribuição entre as demais faixas etárias não é tão expressiva, 21% entre 31 e 40 anos, 17% entre 51 e 60 anos e 18% entre 61 e 70 anos.

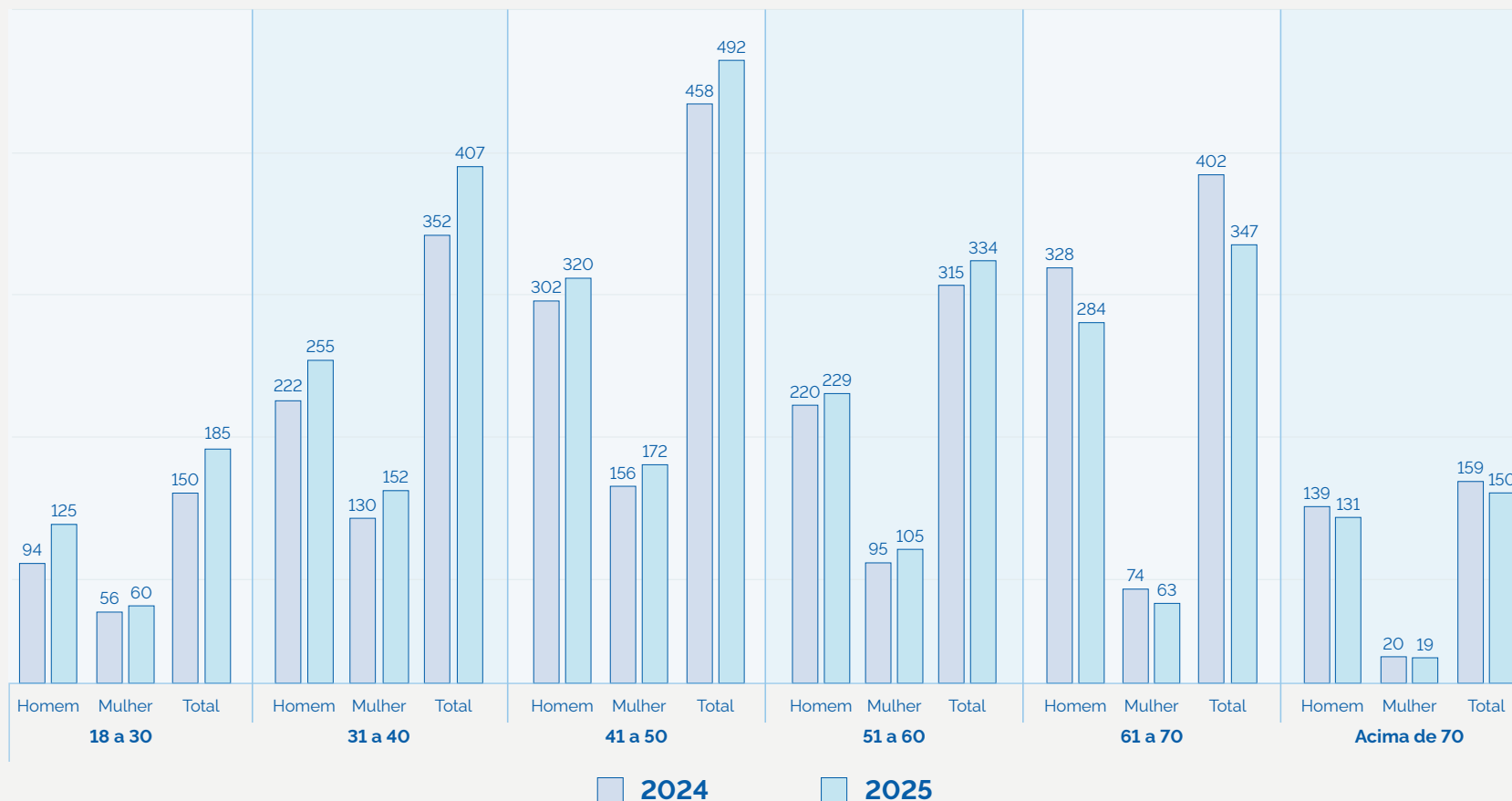


Figura 23 – Distribuição da força de trabalho pela faixa etária e gênero, nos anos de 2024 e 2025.

ESTRATÉGIA PARA A RECOMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Concurso Público

O concurso público, regido pelo [Edital nº 1 - Codevasf/2024](#), de 13 de maio de 2024, teve as provas aplicadas em 20 de outubro de 2024, para o provimento de 67 vagas e para a formação de cadastro de reserva para cargos de nível superior do quadro de pessoal permanente da Codevasf. O resultado final na avaliação biopsicossocial dos candidatos que solicitaram concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, bem como do procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros e o resultado final do concurso foram divulgados somente em 03/02/2025, por meio do [Edital nº 11/2025](#), oportunizando o início das convocações e contratações a partir de março de 2025.

No que se refere ao concurso público regido pelo [Edital nº 1 - Codevasf/2020](#), a prorrogação do certame pelo prazo de dois anos, contados a partir da sua publicação em 15 de julho de 2023, possibilitou a efetivação de contratações até 15 de julho de 2025.

Em 2025, foram convocados 512 candidatos referentes aos concursos de 2020 e 2024. Desse total, foram contratados 38 candidatos do concurso de 2020 e 187 candidatos do concurso 2024.

Programa de Realocação de Empregados e Recomposição da Força de Trabalho

Em 2025, a Gerência de Gestão de Pessoas, empenhada em conciliar os interesses dos empregados com as necessidades da Empresa, realizou um levantamento junto aos empregados com interesse em movimentação ou transferência, por meio de inscrição em processo de realocação. Como resultado, efetivaram-se mais de 100 transferências, além das movimentações internas no âmbito da Sede e das Superintendências Regionais.

Adicionalmente, houve participação em cursos e intercâmbio técnico junto ao MGI, com vistas à implantação da metodologia de Dimensionamento da Força de Trabalho na Codevasf, buscando o aprimoramento técnico necessário para subsidiar solicitações de aumento da força de trabalho e alocação de pessoal em toda a Empresa.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

No ano de 2025 aplicou-se a [sistemática de progressão salarial e avaliação de desempenho](#), conforme aprovado pela Resolução nº 652/2019 da Diretoria Executiva.

Entre as principais características do modelo está a avaliação da chefia imediata, que considera, entre outros aspectos, os resultados atingidos pelos empregados de acordo com os planos de trabalho estabelecidos no período avaliativo.

No total, participaram do processo avaliativo por mérito 1.656 empregados elegíveis, sendo que destes, 48% (800) receberam promoções por mérito. Além disso, outros 76 empregados receberam progressão por elevação do grau de escolaridade.

CAPACITAÇÃO DE EMPREGADOS

Em 2025, foram investidos R\$ 825.906,37 em capacitação aos empregados. O total de horas de capacitação foi de 79.545 h (aumento de 6% em relação a 2024), representando uma média de 41,23 horas de capacitação ofertadas por empregado (aumento médio de 1,6% de horas de capacitação por empregado em relação a 2024). Entre os principais programas se destacaram:

- Desenvolvimento de Lideranças - mais de 350 líderes capacitados, mais a mentoria dos altos executivos (todos os diretores e gerentes executivos capacitados);
- Novos Ares - Preparação para Aposentadoria - 108 empregados participantes
- Eventos *In Company* – com 13 atividades, incluindo cursos e palestras, que capacitaram ao todo 1.277 pessoas, e;
- Ambientação de Novos Empregados com a participação de todos os empregados admitidos de 2021 a 2025.

PLANO DE SAÚDE

A Caixa de Assistência à Saúde dos Empregados da Codevasf (Casec), pessoa jurídica de direito privado, foi criada no ano de 2000 com o objetivo de oferecer assistência à saúde complementar aos empregados da Codevasf e seus dependentes. Constitui-se como associação de natureza assistencial, sem finalidade lucrativa. Suas ações são orientadas pelos princípios da atenção integral à saúde, da promoção da qualidade de vida e do bem-estar de seus beneficiários. O total de vidas beneficiadas pelo plano em 2025 foi de 4.575.

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) divulgou os resultados do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) 2025, referentes ao ano-base 2024. A Casec teve a nota 0,8377, resultado que se repete nos últimos quatro anos, com valores entre 0,811 e 0,8426.

IDSS da operadora 2025 (Ano-base 2024)

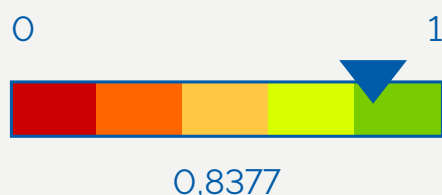


Figura 24 – IDSS da Casec em 2025 (ano-base 2024).

A Casec oferece uma rede de atendimento ainda mais abrangente, por meio de convênios de reciprocidade e cessão de rede. Esses convênios asseguram cobertura em regiões onde não há rede credenciada direta da Casec, proporcionando melhor assistência de qualidade aos seus beneficiários, tendo como parceiros: Cassi, Camed e Unimed-Fortaleza.

Adicionalmente, a operadora oferece uma plataforma de telemedicina, ampliando o acesso dos beneficiários a soluções assistenciais práticas, resolutivas e acessíveis, que compreendem:

- Atendimento 24 horas para urgência e emergência, sem cobrança de coparticipação;
- Consultas eletivas com especialistas; e
- Avaliação de saúde.

Por fim, cabe registrar que, conforme a Pesquisa de Satisfação dos Beneficiários realizada em 2025, relativa ao ano-base 2024, o índice de satisfação geral alcançado foi de 84,4%, resultado enquadrado na faixa de conformidade, evidenciando o elevado nível de aprovação dos serviços prestados pela Casec.

PREVIDÊNCIA PRIVADA COMPLEMENTAR

A Codevasf ainda oferece aos seus funcionários um Plano de Previdência Complementar, por meio da Fundação São Francisco de Seguridade Social. A Fundação São Francisco é uma instituição jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, autorizada pela Portaria nº 2.531/1981 do Ministério da Previdência e Assistência Social.



Figura 25 – Quadro resumo do plano de previdência complementar.

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social, 2025.

Atualmente existem três planos em vigor, conforme Figura 25. O total de participantes ativos é de 1.411 pessoas, o número de aposentados é de 620 e o de pensionistas 295. O ativo total no final do exercício 2025 era de R\$ 1,25 bilhão.

Tabela 6 – Comparativo dos Planos de Previdência da Fundação São Francisco

Tipo de Plano	PLANO DE BENEFÍCIOS I BENEFÍCIO DEFINIDO	PLANO DE BENEFÍCIOS II CODEPREV	PLANO DE BENEFÍCIOS III PLANO SALDADO
Informações	<ul style="list-style-type: none"> • Início em março/1986 • Fechado para ingresso de novos participantes - novembro/2013 • Saldado em novembro/2017 dando origem ao Plano de Benefícios III 	<ul style="list-style-type: none"> • Inscrições em novembro/2013 • Contribuição Definida (CD) • Aberto a novos participantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Início em novembro/2017 • Plano Saldado
Participantes	718	1294	314
Ativos		1245	166
Aposentados	455	33	132
Pensionistas	263	16	16

Fonte: Fundação São Francisco de Seguridade Social, 2025.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Pelo compromisso contínuo com a promoção de impactos positivos nas áreas de Responsabilidade Socioambiental e Governança, a Codevasf recebeu ao longo de seus 51 anos diversos prêmios, certificações e selos.

Essas certificações não apenas evidenciam a relevância do trabalho desenvolvido pela Codevasf, mas também reforçam seu papel como modelo de excelência e responsabilidade no setor público.



Selo Verde - Categoria Diamante

Em 2025, a Codevasf renovou pela quarta vez o Selo Verde, categoria Diamante, por desenvolver suas atividades com compromisso socioambiental, multiplicando a seus colaboradores internos e externos.

O selo emitido pela Ecolmeia possui metodologia reconhecida pelo Ministério da Justiça e patenteado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), que aborda 8 temas: Social, Meio Ambiente, Cultura, Ética, Tecnologia, Economia, Saúde e Segurança do Trabalho e *Compliance*, priorizando a valorização humana, a sustentabilidade e responsabilidade social.



Selo de Integridade Empresarial

A Codevasf também recebeu o Selo de Integridade Empresarial obtido por meio da adesão ao Pacto Brasil de Integridade Empresarial, promovido pela Controladoria Geral da União (CGU)

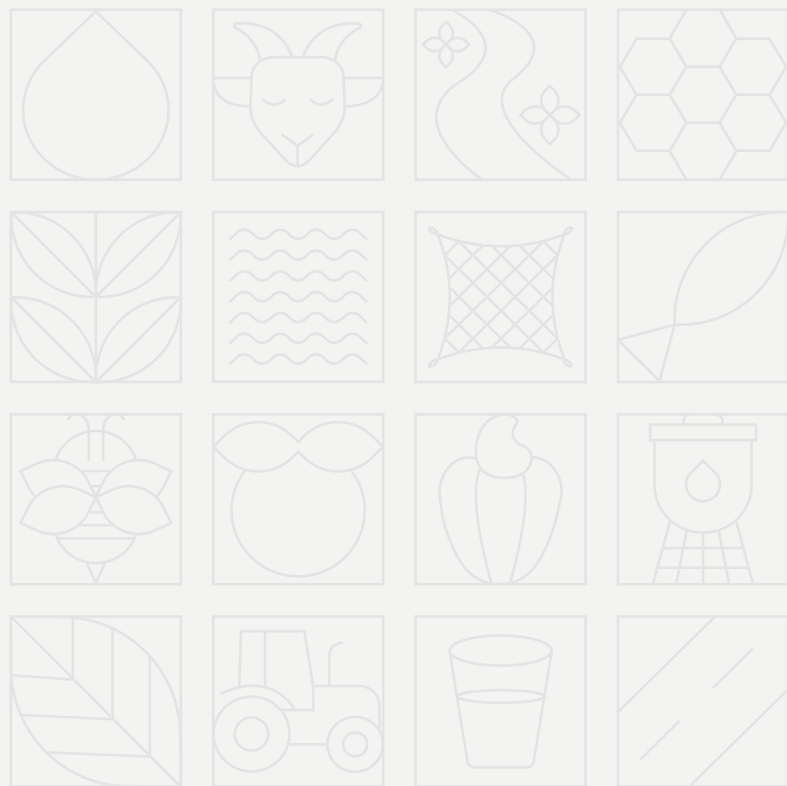
A iniciativa da CGU, conta com a adesão de mais de 380 organizações e tem como objetivo estimular empresas no Brasil a assumir o compromisso público com a integridade empresarial. Mais um importante passo para a Codevasf no fortalecimento de sua governança corporativa.



Prêmio Nacional de Transparência Pública

Além dos selos, a Codevasf foi uma das instituições públicas federais que recebeu o Prêmio Nacional de Transparência Pública, em 2025, na categoria Diamante, pela sua participação no Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP), promovido pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) em parceria com os Tribunais de Contas. A premiação reconhece instituições públicas que se destacam na ampliação do acesso à informação e na promoção da transparência. O nível Diamante é o mais alto da premiação.

Figura 26 – Prêmios e Selos Codevasf, 2025.



6 Responsabilidade Socioambiental

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

DIREITOS HUMANOS

Direitos humanos são direitos básicos constitutivos de cada ser humano e, por isso, aplicam-se a todas as pessoas, independentemente de sua situação de vida. Esses direitos fundamentais não podem ser considerados seletivamente ou ignorados e não devem ser desrespeitados por estados, empresas ou instituições.

A Codevasf, braço executor do Estado brasileiro nas ações de desenvolvimento socioeconômico assume compromisso de tornar-se uma Empresa mais diversa e plural, combatendo preconceitos e desigualdades praticadas no ambiente de trabalho.

Recentemente, a Codevasf também se tornou signatária do Termo de Compromisso do programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pelo Ministério das Mulheres em parceria com o Ministério da Igualdade Racial, o Ministério do Trabalho e Emprego, a ONU Mulheres e a Organização Internacional do Trabalho.

Ao aderir ao Programa, a Companhia assume o compromisso de busca por relações de trabalho mais igualitárias para o fortalecimento das mulheres no mundo do trabalho.



Para reduzir o risco de violação dos Direitos Humanos a Codevasf tomou as seguintes iniciativas:

- I. Estabelecimento de uma política de equidade de gênero, raça e valorização da diversidade;
- II. Implantação de mecanismos de incentivo ao acesso feminino a cargos de liderança;
- III. Estabelecimento de uma política de indicação e sucessão, incluindo o rodízio de titulares.

A Codevasf tem como princípio respeitar, conscientizar e promover os Direitos Humanos em todas as suas atividades, em conformidade com as boas práticas preconizadas nas seguintes diretrizes:

- I. Pacto Global da ONU.
- II. Agenda 2030 (alinhamento dos objetivos estratégicos de longo prazo da empresa (PEI 2025-2030) aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- III. Princípios de Empoderamento das Mulheres da ONU Mulheres;

IV. Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – InPACTO;

V. Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial;

VI. Carta Aberta Empresas pelos Direitos Humanos;

VII. Pacto pela Diversidade, Equidade e inclusão nas Empresas Estaduais

Além disso, no relacionamento com a sociedade e as partes interessadas, a Empresa possui canais de denúncia para os colaboradores, os fornecedores e a comunidade. As solicitações de acesso às informações públicas são registradas no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que integra o sistema Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, da CGU, além dos canais tradicionais de atendimento ao público (telefone, carta e presencial). Qualquer pessoa, física ou jurídica, pode encaminhar seus pedidos de acesso à informação, denúncias e sugestões e acompanhar os prazos e avaliar de maneira simples se o pedido foi atendido e a qualidade do serviço prestado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO

A Codevasf tem tido uma grande preocupação e atenção com o bem-estar e a qualidade de vida dos seus empregados. Acredita-se que esses fatores contribuem para a motivação e melhor desempenho das atividades, refletindo assim em um ganho de produtividade para a Empresa.

Os funcionários são incentivados a realizar exames periódicos anualmente, que além de serem custeados pela empresa, também contam pontos na progressão salarial, junto com os critérios de produtividade, escolaridade entre outros. Os exames são definidos considerando a faixa etária dos funcionários e o sexo, de forma a prevenir as principais doenças para cada um deles. Além disso, os funcionários contam com o Plano de Saúde, conforme informações anteriores, de forma que podem dar continuidade ao tratamento e acompanhamento médico adequado quando algo é identificado nos exames periódicos.

Além dessas ações outras são realizadas visando a saúde e segurança dos funcionários:

I. Acompanhamento Psicossocial;

II. Vacinação contra a gripe H1N1;

III. Acompanhamento e orientação dos empregados sobre saúde e segurança do trabalho;

IV. Acompanhamento e orientação dos empregados afastados por motivo de saúde;

V. Disponibilização de Ginástica Laboral (Sede, 2ªSR, 3ªSR, 4ªSR, 5ªSR, 6ªSR, 8ªSR, 15ªSR e 16ªSR);

VI. Contratação de empresas para elaboração do Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (NR-01) – com os riscos psicossociais, do Laudo Técnico de Condições Ambientais e do Relatório Técnico de Inspeção das Instalações Elétricas das instalações da Codevasf;

VII. Programa Novos Ares - duas edições do Programa de Preparação para Aposentadoria;

VIII. Rede de Acolhimento em caso de denúncia de assédio;

IX. Divulgação do Resultado da Pesquisa de Clima 2024;

X. Eventos mensais de Saúde com foco em prevenção e orientação.

APOIO À SALA DE AMAMENTAÇÃO - CODEVASF/SEDE

Inaugurada em 9 de junho de 2017 e institucionalizada por meio da Decisão nº 349/2022, é destinada às mães que retornam ao trabalho após a licença-maternidade. A sala tem o objetivo de oferecer um espaço adequado para a retirada e armazenamento do leite materno.

A Codevasf/Sede foi a primeira empresa pública no Distrito Federal a possuir na sua estrutura a Sala de Apoio ao aleitamento materno integrada ao projeto "Mulher Trabalhadora que Amamenta" e reconhecida pela Secretaria de Saúde do DF e pelo Ministério da Saúde como referência na região.

Cabe destacar que desde a sua inauguração, a Codevasf/Sede vem sendo reconhecida e contemplada com diversas Certificações e Selos como espaço estratégico para promoção do aleitamento materno.

Importante também registrar que, em abril de 2025, a 4ª Superintendência Regional também implementou uma Sala de Apoio à Amamentação, ampliando o alcance institucional das ações voltadas à valorização da mulher trabalhadora e à promoção do aleitamento materno.





CAMPANHAS REALIZADAS EM 2025

Além das iniciativas já mencionadas a Codevasf realiza campanhas de conscientização e sensibilização sobre o tema saúde, segurança e bem-estar. Ao todo foram 57 ações em 2025, conforme lista abaixo.

1. Campanha Exames Periódicos (Divulgação toda empresa)
2. Campanha de Vacinação (Divulgação toda empresa)
3. Programa Novos Ares - duas edições do Programa de Preparação para Aposentadoria (Divulgação toda empresa)
4. Palestra Janeiro Branco: Saúde Mental Integral: Como o cuidado transforma todos os aspectos da Vida - (Transmissão para toda a empresa)
5. Palestra e apresentação teatral: Sensibilização e conscientização dos impactos provocados pelas drogas e álcool - (Transmissão para toda a empresa)
6. Mês de Conscientização sobre a obesidade: As verdades e Mitos sobre a Obesidade - (Transmissão para toda a empresa)
7. Abril Azul: Diálogos sobre Autismo e Neurodiversidade - (Transmissão para toda a empresa)
8. Palestra: Pessoas LGBTQIAP+: Direitos, inclusão e a necessidade de políticas públicas efetivas - (Transmissão para toda a empresa)
9. Campanha e Palestra Agosto Lilás - Palestra Pela Vida delas - evolução dos direitos das mulheres - (Transmissão para toda a empresa)

10. Palestra: Saúde mental no trabalho: Desafios, dilemas e possibilidades - (Transmissão para toda a empresa)
11. Palestra: Cuidar é perceber: cuidando da saúde mental dos nossos filhos - (Transmissão para toda a empresa)
12. Material Informativo e Palestra Novembro Azul: Homem de atitude cuida da saúde - (Transmissão para toda a empresa)
13. Divulgação do Resultado da Pesquisa de Clima Organizacional - (Transmissão para toda a empresa)
14. Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho - SIPAT (Sede, 1ªSR, 3ªSR, 16ªSR) - Temas abordados: Primeiros Socorros, Segurança Psicológica, Segurança no Trânsito e Direção defensiva, Cuidado com o corpo e saúde, roda de conversa sobre assédio sexual e moral no ambiente de trabalho, cuidado com alimentação, palestra sobre educação financeira.
15. Reabertura do Restaurante SESI na Sede
16. Campanha Solidária das mães: Mãe que inspira - arrecadação de itens essenciais para mães e bebês em situação de vulnerabilidade (3ªSR)
17. Minha mãe, minha estória: Produção de vídeos dos colaboradores (3ªSR)
18. Setembro Amarelo (3ªSR, 4ªSR, 5ªSR, 6ªSR, 10ªSR, 15ªSR, 16ªSR)
19. Agosto Lilás - (3ªSR, 4ªSR - CIPA, 5ªSR)
20. Campanha de atualização da carteira de vacinação (4ªSR - CIPA)
21. Palestra sobre prevenção e combate ao câncer de cabeça e pescoço (4ªSR - CIPA)
22. Roda de Conversa e Maternidade (4ªSR - CIPA)
23. Abertura da Sala de Apoio Amamentação (4ªSR)
24. Desafio do Empregado Público - Adoção de hábitos saudáveis com desafio de atividades física (5ªSR)
25. Mês do Combate à violência Infantil - Material Informativo (6ªSR)
26. Mês de Conscientização a doação de sangue - Material Informativo (6ªSR)
27. Prevenção ao câncer colorretal - Material Informativo (6ªSR)
28. Dia Nacional da Consciência Negra - Material Informativo (6ªSR)
29. Mês de Conscientização sobre a campanha nacional de prevenção ao HIV/AIDS e outras ISTS - Material Informativo (6ªSR)
30. Campanha de prevenção ao câncer de pele - Material Informativo (6ªSR)
31. Julho Amarelo - Campanha sobre hepatites virais e tumores de cabeça e pescoço - Material Informativo (6ªSR)
32. Outubro Verde - Mês de prevenção e combate à sífilis e à sífilis congênita - Material Informativo (6ªSR)

33. Agosto Dourado - Amamentar é um ato de amor, proteção e saúde - Material Informativo (6ªSR)
34. Agosto Laranja - Conscientização sobre escleroses múltiplas - Material Informativo (6ªSR)
35. Agosto Lilás - Combate à violência contra a mulher - Material Informativo (6ªSR)
36. Semana de Qualidade de Vida e SIPAR (6ªSR)
37. Novembro Roxo e novembro Laranja - Conscientização sobre câncer de pâncreas e cuidado com a saúde auditiva - Material Informativo (6ªSR)
38. Doação de Órgão - Material Informativo (6ªSR)
39. Prevenção de doenças Cardiovasculares - Material Informativo (6ªSR)
40. Palestra: Ergonomia no trabalho: Doenças ocupacionais relacionadas a má ergonomia, LER/DORT, lombalgia e fadiga postural (7ªSR)
41. Palestra: Os impactos emocionais do câncer de mama e próstata (7ªSR)
42. Dia da Mulher (7ªSR, 8ªSR)
43. Saúde Integral no Janeiro Branco (8ªSR)
44. Satisfação no Trabalho e Saúde Mental Ocupacional Positiva (8ªSR)
45. Comunicação Eficaz (8ªSR)
46. Cultura Organizacional e Saúde Mental (8ªSR)
47. Gestão de Conflito e Saúde Mental (8ªSR)
48. CODECINE: Saúde Mental de Setembro à Setembro (8ªSR)
49. Liderança e Saúde Mental no Trabalho (8ªSR)
50. Motivação no Trabalho (8ªSR)
51. Desacelere. Seu bem maior é a vida - Palestra sobre direção defensiva (11ªSR)
52. Dia das Mães (15ªSR)
53. Dia dos Pais (3ªSR, 15ªSR)
54. Treinamento de Combate a Incêndio (15ªSR)
55. Campanha Outubro Rosa (Sede, 1ªSR, 4ªSR, 6ªSR, 11SR, 15ªSR, 16ªSR)
56. Campanha Novembro Azul (3ªSR, 4ªSR, 6ªSR, 11ªSR, 15ªSR, 16ªSR)
57. Caminhada Ecológica (16ªSR)

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A Codevasf reforçou seu comprometimento com a Sustentabilidade Ambiental em 2025 por meio da aprovação do novo Plano Diretor de Logística Sustentável e pela renovação do Selo Verde Categoria Diamante. No entanto, a Sustentabilidade Ambiental está em suas ações finalísticas, por meio da recuperação hidroambiental, no licenciamento ambiental adequado de suas obras e atividades e na busca por fontes alternativas de energia aos projetos. Todas essas ações estão dentro do PEI 2025-2030, consolidando a sustentabilidade como item importante da estratégia de longo prazo da Empresa.

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

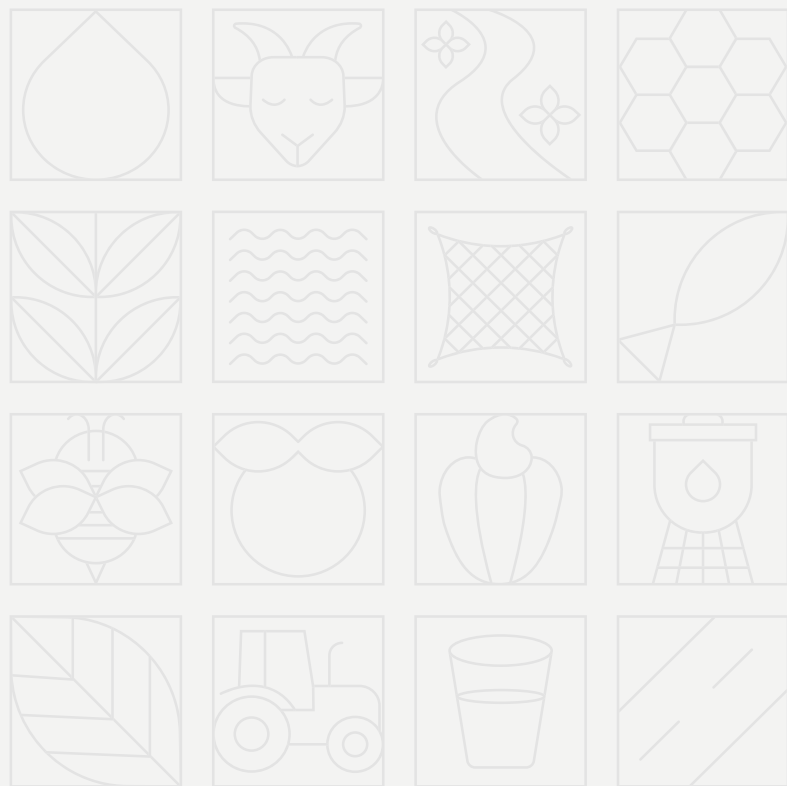
O [Plano Diretor de Logística Sustentável](#) foi elaborado em conformidade com as Portarias SEGES nº 8.678/2021 e Portaria SEGES nº 5.376/2023, contemplando os seis eixos temáticos obrigatórios. O PLS tem como objetivo otimizar os processos logísticos institucionais, reduzir a pegada ambiental das ações administrativas e incentivar o uso consciente dos recursos naturais. Além disso, visa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental nas áreas de atuação da Companhia. Dentre as ações do Plano destaca-se a exceção do projeto de energia fotovoltaica para o prédio da Administração Central da Companhia já elaborado, bem como novas ações visando maior responsabilidade com a sustentabilidade.

RENOVAÇÃO DO SELO VERDE CATEGORIA DIAMANTE

Os selos e certificações de sustentabilidade e responsabilidade social tem por finalidade, dentre outras, aumento da vantagem competitiva das empresas, melhoria de imagem e reconhecimento do mercado, e visam, em diferentes níveis, a mitigação dos impactos sociais ambientais e gerenciamento adequado dos recursos naturais. Embora os selos e certificações atuem em diferentes esferas, possuindo diferentes métodos de avaliação, com critérios gerais e específicos próprios, são avaliados por auditorias documentais e presenciais, evitando assim as declarações superficiais, superestimadas ou falsas, o chamado "*greenwashing*".

Dessa forma, a Codevasf, ao buscar selos e certificações, não apenas demonstra suas ações de responsabilidade social e sustentabilidade, mas traz mais confiança e credibilidade para essas ações perante a sociedade, sua principal "parte interessada".

O Selo Diamante é dado a empresas que não apenas demonstram em suas ações práticas sustentáveis, mas que incentivem parceiros a realizá-las, nesse caso, as organizações foram os Distritos de Irrigação de Maniçoba e Mandacaru, responsáveis pela administração, operação e manutenção dos projetos públicos de irrigação Maniçoba e mandacaru, respectivamente. Ambos os Distritos renovaram o Selo Verde categoria Ouro, garantindo à Codevasf a renovação do selo categoria Diamante em 2025.



7 Desempenho Econômico-Financeiro

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico-financeiro da Codevasf está em conformidade com as suas demonstrações financeiras referentes aos exercícios de 2025 e 2024 (TABELA 7).

Tabela 7 – Indicadores de resultados, Codevasf 2024/2025 (em milhões de reais)

I – Indicadores de Resultados	2025	2024	(Variação %)
Receita Operacional Bruta	59	72	-18
Despesas Totais/Operacionais	-2.978	-3.307	-10
Outras Receitas Operacionais	2278	3291	-31
Resultado Operacional	-649	46	-1.524
II – Situação Financeira – Liquidez e Estrutura de Capital	2025	2024	(Variação %)
Liquidez Imediata	0,09	0,14	-37
Liquidez Corrente	0,12	0,17	-28
Liquidez Geral	0,14	0,19	-25
Liquidez Seca	0,12	0,17	-28
Participação de Capital de Terceiros	-17,14	-42,25	-59
Grau de Endividamento	1,06	1,02	4
Solvência Geral	0,94	0,98	-4

INDICADORES DE RESULTADO

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Codevasf registrou um resultado operacional negativo de 649 milhões no exercício 2025, apresentando uma oscilação significativa em comparação ao período anterior (Tabela 5). Cumpre destacar que o lucro observado em 2024 foi um evento atípico, divergindo da série histórica de resultados da Companhia e se deu, principalmente, em razão da análise e baixa de um passivo acumulado de Transferências Financeiras a Comprovar (TEDs) recebidas.

A Receita Operacional, proveniente principalmente do faturamento da tarifa de uso da infraestrutura de uso comum dos PPIs sob sua gestão (Tarifa K1) e de Titulação das unidades parcelares desses PPIs, apresentou, no exercício de 2025, redução de 18% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

As despesas, por sua vez, apresentaram variação pouco significativa em comparação com o período anterior. A redução verificada decorreu, sobretudo, da diminuição da rubrica "perda de capital", que, neste contexto, corresponde às despesas resultantes da alienação ou doação de bens. A doação desses bens está alinhada à finalidade institucional da Codevasf, que consiste na implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional, com o objetivo de promover o

desenvolvimento sustentável, reduzir os fluxos migratórios e fortalecer a capacidade produtiva local.

Todos os recursos necessários para promoção do desenvolvimento regional são oriundos do Tesouro Nacional e alocados anualmente em conformidade com a LOA.

Em relação aos índices de liquidez apresentados na Tabela 3, destaca-se que tal resultado deve ser interpretado considerando-se a natureza jurídica da entidade, classificada como estatal dependente, com capital integralmente pertencente à União.

Embora esses indicadores sejam instrumentos relevantes de análise financeira, as variações observadas entre os exercícios e os índices apurados não refletem, de forma isolada, a real capacidade econômico-financeira da Companhia. Tal limitação decorre do fato de que os indicadores tradicionais de mercado não consideram a mitigação do risco de descontinuidade operacional proporcionada pelo aporte de recursos do Governo Federal, uma vez que a Codevasf é empresa pública estatal dependente com capital 100% pertencente à União e sem fins lucrativos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

A Codevasf tem como Auditoria Independente a Empresa Sênior Auditores Independentes S/S, CNPJ 03.156.926/0001-69, cujo objetivo é o exame trimestral e anual das demonstrações financeiras da Codevasf e do Projeto de Integração do Rio São Francisco do Nordeste Setentrional (PISF), com emissão de relatórios circunstanciados de controle interno, dos relatórios de revisão e dos relatórios de auditoria.



DISPOSIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Para melhores informações a respeito do desempenho econômico-financeiro da Codevasf, poderão ser consultadas as Demonstrações Financeiras, bem como, as Notas Explicativas disponíveis no sítio eletrônico da Empresa:

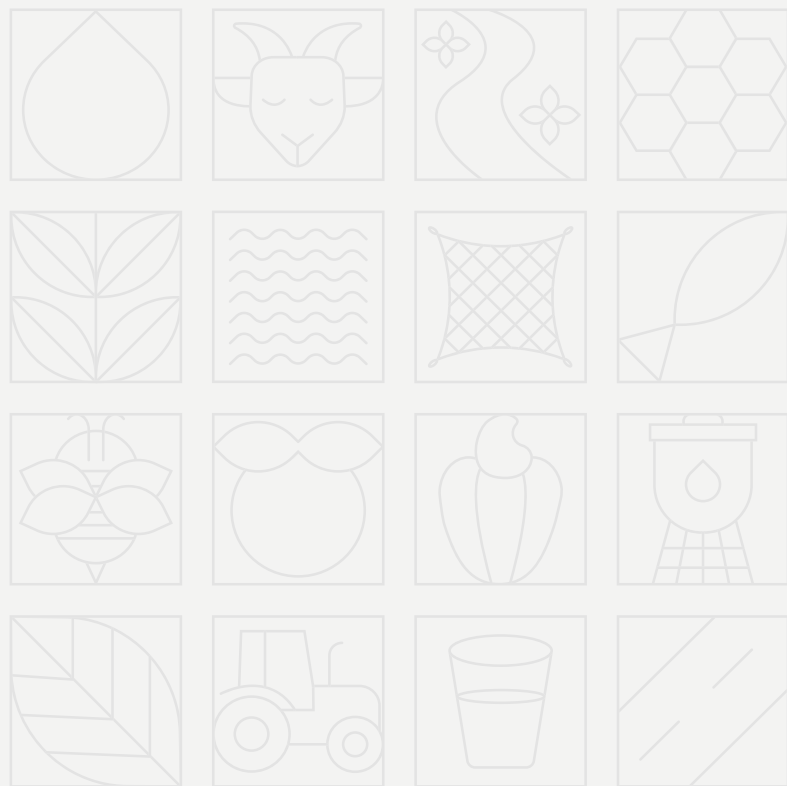
<https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/demonstracoes-financeiras>



DESPESAS DE EMENDAS PARLAMENTARES

[Demonstração da execução orçamentária das despesas decorrentes de emendas parlamentares](#)





8

Referências

REFERÊNCIAS

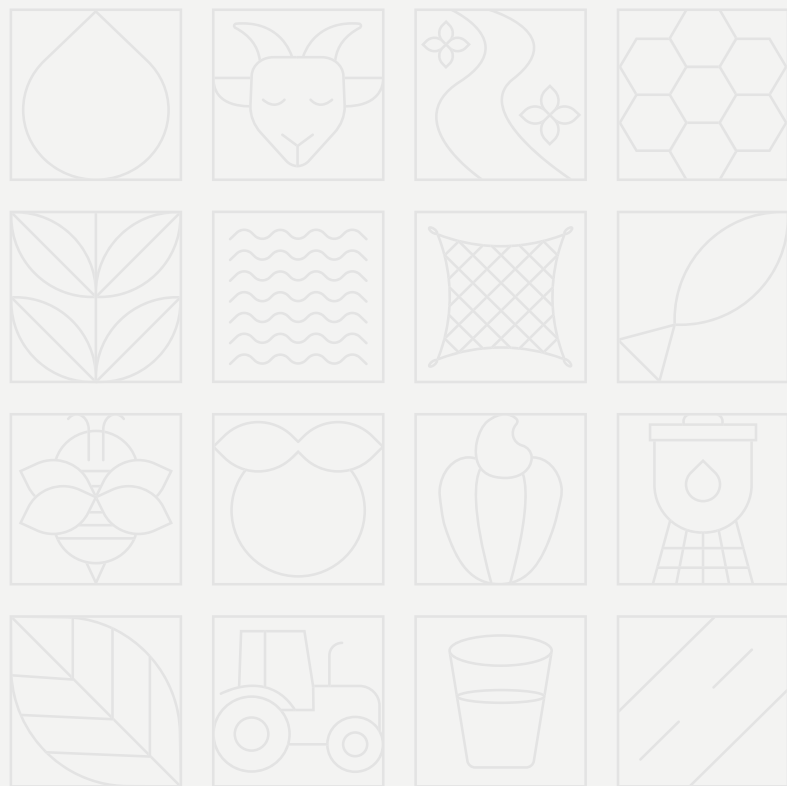
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974. Dispõe sobre a criação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 jul. 1974. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6088.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, 2016a. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13303&ano=2016&ato=264ETT65Od-ZpWT936>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- BRASIL. Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias. Brasília, DF: Presidência da República, 2016b. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=8945&ano=2016&ato=ae0Eza61EeZpWT5b6>. Acesso em: 26 dez. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jul. 2022a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11129.htm. Acesso em: 24 fev. 2026.

- BRASIL. Comitê Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União. Resolução CGPAR nº 45, de 30 de dezembro de 2022. Estabelece diretrizes e parâmetros de governança para as empresas estatais federais. Brasília, DF, 30 dez. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/empresas-estatais-federais/cgpar/resolucoes/resolucao-cgpar-no-45-de-30-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Portaria SEST/MGI nº 1.726, de 20 de abril de 2023. Aprova o quantitativo de pessoal próprio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2023. Disponível em: <https://bibliotecadigital.gestao.gov.br/bitstream/123456789/529850/1/Portaria%20GM-MGI%20n.%201.726%2c%20de%2020%20de%20abril%20de%202023.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2026
- BRASIL. Controladoria-Geral da União (CGU). Painel da Lei de Acesso à Informação (LAI). Disponível em: <https://centralpaineis.cgu.gov.br/visualizar/lai>. Acesso em: 24 fev. 2026.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 854. Relator: Min. Rosa Weber. Brasília, DF, 6 dez. 2021. Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADPF854113decisao_monocratica11.pdf. Acesso em: 13 jan. 2026.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 854. Relator: Min. Flávio Dino. Brasília, DF, 18 abr. 2024. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/DespachoADPF854.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). Referencial básico de governança organizacional. 3. ed. Brasília: TCU, 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/FB/B6/FB/85/1C-D4671023455957E18818A8/Referencial_basico_governanca_organizacional_3_edicao.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.
- CARVALHO, L. M. de. Indicadores de indústria, comércio e serviços. Carta de Conjuntura, Brasília: Ipea, n. 69, Nota de Conjuntura 26, 2025. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/wp-content/uploads/2025/12/251230_cc_69_nota_26.pdf. Acesso em: 24 fev. 2026.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Evolução da divisão territorial da Codevasf: 1974–2020. Brasília, DF: Codevasf, 2020a. 96 p. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/evolucao-da-divisao-territorial-codevasf.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Deliberação nº 25/2025, de 26 de maio de 2025. Brasília, DF: Codevasf, 2025a. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/>

[conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-administracao/deliberacoes/2025/deliberacao-25-2025.pdf](https://www.codevasf.gov.br/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-administracao/deliberacoes/2025/deliberacao-25-2025.pdf). Acesso em: 19 mar. 2026.

- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Conselho de Administração. Deliberação nº 48/2025, de 15 de dezembro de 2025. Brasília, DF: Codevasf, 2025b. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-administracao/deliberacoes/2025/deliberacao-48-2025.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Resolução nº 1.379, de 13 novembro de 2025. Brasília, DF: Codevasf, 2025c.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA. Deliberação nº 53, de 25 de novembro de 2024. Brasília, DF: Codevasf, Conselho de Administração, 2024. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/conselho-de-administracao/deliberacoes/2024/deliberacao-53-2024.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2026.
- NAKAMURA, J.; LAMMERS, G. Tarifaço dos EUA: relembre linha do tempo e como Brasil foi afetado. CNN Brasil, São Paulo, 26 dez. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/tarifaco-dos-eua-relembre-linha-do-tempo-e-como-brasil-foi-afetado/>. Acesso em: 26 dez. 2025.

- WORLD ECONOMIC FORUM. Global Risks Report 2025. 20. ed. Cologny/Geneva: World Economic Forum, jan. 2025. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/global-risks-report-2025/>. Acesso em: 26 dez. 2025.



9 Anexo I

ANEXO I

Anexo I - Área cultivada, produção e Valor Bruto de Produção (VBP) dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf, no ano de 2025, por tipo de lote.

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Familiar (ha)	Área Cultivada Empresarial (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Familiar (t.)	Produção Empresarial (t.)	Produção Total (t.)	VBP Familiar (R\$ Mil)	VBP Empresarial (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
1ª SR/ MG	Gorutuba	1.670	1.530	3.200	48.969	20.767	69.736	178.712	69.716	248.428
	Jaiba	6.669	6.034	12.703	142.159	161.945	304.105	265.012	200.184	465.196
	Lagoa Grande	(NA)	1.077	1.077	(NA)	9.410	9.410	(NA)	22.255	22.255
	Pirapora	(NA)	961	961	(NA)	23.071	23.071	(NA)	77.753	77.753
	Total	8.340	9.602	17.942	191.129	215.193	406.322	443.725	369.907	813.631
2ª SR/ BA	Baixio de Irecê	30	2.590	2.620	66	14.726	14.792	79	18.131	18.210
	Barreiras Norte	470	430	900	5.726	6.407	12.133	13.318	14.402	27.720
	Ceraíma	436	(NA*)	436	6.261	(NA*)	6.261	13.208	(NA*)	13.208
	Estreito	1.825	(NA*)	1.825	31.954	(NA*)	31.954	47.786	(NA*)	47.786
	Formoso	4.362	4.320	8.682	96.946	132.530	229.476	203.108	253.204	456.312
	Mirorós	553	546	1.099	9.185	9.564	18.748	12.599	13.246	25.845
	Nupeba	346	510	857	12.167	19.570	31.737	20.765	35.409	56.174
	Piloto Formoso	208	27	235	2.431	263	2.694	3.875	477	4.353
	Riacho Grande	306	377	684	9.593	10.900	20.493	17.139	17.452	34.591
	São Desidério/ Barreiras Sul	1.375	(NA*)	1.375	16.074	(NA*)	16.074	18.452	(NA*)	18.452
Total	9.910	8.800	18.711	190.402	193.959	384.362	350.330	352.321	702.651	

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Familiar (ha)	Área Cultivada Empresarial (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Familiar (t.)	Produção Empresarial (t.)	Produção Total (t.)	VBP Familiar (R\$ Mil)	VBP Empresarial (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
3ª SR/PE	Bebedouro	1.299	345	1.645	34.803	5.815	40.618	130.501	29.088	159.589
	Nilo Coelho	14.074	8.697	22.771	508.062	314.852	822.914	2.447.716	2.018.025	4.465.742
	Pontal Sul	1.003	328	1.331	18.421	7.882	26.303	36.264	61.597	97.861
	Total	16.376	9.370	25.747	561.285	328.550	889.835	2.614.481	2.108.710	4.723.191
4ª SR/SE	Betume	4.182	(NA*)	4.182	20.894	(NA*)	20.894	31.603	(NA*)	31.603
	Cotinguiba/Pindoba	1.393	194	1.587	12.580	2.391	14.972	14.052	2.698	16.750
	Jacaré-Curituba	1.458	(NA*)	1.458	9.618	(NA*)	9.618	13.829	(NA*)	13.829
	Propriá	1.011	(NA*)	1.011	7.150	(NA*)	7.150	8.544	(NA*)	8.544
	Total	8.043	194	8.237	50.243	2.391	52.635	68.028	2.698	70.726
5ª SR/AL	Boacica	3.130	(NA*)	3.130	92.896	(NA*)	92.896	25.206	(NA*)	25.206
	Itiúba	1.286	(NA*)	1.286	11.493	(NA*)	11.493	16.823	(NA*)	16.823
	Marituba	156	(NA*)	156	8.028	(NA*)	8.028	1.889	(NA*)	1.889
	Total	4.572	(NA*)	4.572	112.417	(NA*)	112.417	43.917	(NA*)	43.917
6ª SR/BA	Curaçá	3.708	1.689	5.397	94.792	47.976	142.767	190.802	191.719	382.521
	Mandacaru	532	(NA*)	532	10.210	(NA*)	10.210	16.486	(NA*)	16.486
	Maniçoba	4.723	4.412	9.136	129.094	238.760	367.854	278.647	273.742	552.389
	Salitre	1.492	2.000	3.492	41.787	244.978	286.766	98.953	52.371	151.324
	Tourão	193	14.321	14.513	3.611	1.292.000	1.295.611	5.742	174.600	180.341
	Total	10.647	22.422	33.070	279.493	1.823.714	2.103.208	590.630	692.431	1.283.061

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Familiar (ha)	Área Cultivada Empresarial (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Familiar (t.)	Produção Empresarial (t.)	Produção Total (t.)	VBP Familiar (R\$ Mil)	VBP Empresarial (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
Sistema Itaparica	Apolônio Sales	717	(NA*)	717	23.546	(NA*)	23.546	25.973	(NA*)	25.973
	Barreiras (Bloco I e II)	636	(NA*)	636	19.612	(NA*)	19.612	21.350	(NA*)	21.350
	Brígida	1.185	(NA*)	1.185	23.078	(NA*)	23.078	43.367	(NA*)	43.367
	Fulgêncio	5.334	(NA*)	5.334	131.546	(NA*)	131.546	242.996	(NA*)	242.996
	Glória	540	(NA*)	540	11.792	(NA*)	11.792	12.443	(NA*)	12.443
	Icó Mandantes	1.582	(NA*)	1.582	40.970	(NA*)	40.970	61.655	(NA*)	61.655
	Manga de Baixo	42	(NA*)	42	461	(NA*)	461	895	(NA*)	895
	Pedra Branca	2.492	(NA*)	2.492	33.244	(NA*)	33.244	78.348	(NA*)	78.348
	Rodelas	1.523	(NA*)	1.523	45.302	(NA*)	45.302	30.898	(NA*)	30.898
Total	14.052	(NA*)	14.052	329.551	(NA*)	329.551	517.925	(NA*)	517.925	
TOTAIS	71.941	50.389	122.330	1.714.520	2.563.808	4.278.328	4.629.036	3.526.067	8.155.103	

Fonte: 1ª GRI/URP; 2ª GRI/URP; 3ª GRI/URP; 4ª GRI/URP; 5ª GRI/URP; 6ª GRI/URP; Distrito de Irrigação Jaíba (DIJ); Associação dos Usuários do Projeto Pirapora (AUPPI); Associação dos Produtores Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gortuba (ASSIEG); Distrito de Irrigação do Gortuba (DIG); Distrito de Irrigação Formoso (DIF); Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Formosinho (ASPPIF); Associação de Produtores do Barreiras Norte (APROBAN); Distrito de Irrigação dos Produtores Nupeba e Riacho Grande (DNR); Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Mirorós (DIPIM); Distrito de Irrigação do Projeto São Desidério/Barreiras Sul (DISB); Distrito de Irrigação do Estreito (DIPE); Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraima (COOPERC); Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC); Distrito de Irrigação Bebedouro (DIB); Distrito de Irrigação de Cotinguiba-Pindoba (DICOP); Associação de Produtores de Propriá (APPRO); Distrito de Irrigação do Jacaré-Curituba (DIJAC); Distrito de Irrigação do Perímetro Itiuba (DIPI); Distrito de Irrigação do Boacica (DIB); União dos Produtores do Perímetro Irrigado Curaçá (UPROPIC); Distrito de Irrigação de Curaçá (DIC); Distrito de Irrigação de Maniçoba (DIM); Distrito de Irrigação de Mandacaru (DIMAND); Associação dos Usuários do Projeto de Irrigação Tourão (AUPIT); Distrito de Irrigação Salitre (DIS), 2025.

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção Irrigada

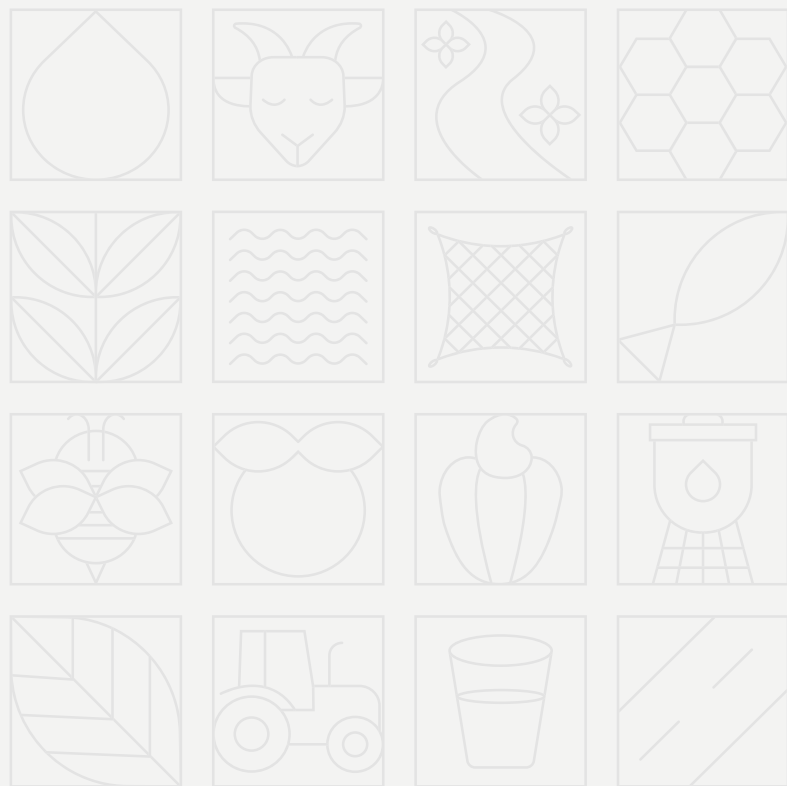
Método de apuração: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de irrigação, Associações, Unidades Regionais de Apoio à Produção e representantes da Codevasf na Organização de Produtores.

Periodicidade: Anual

Notas: (NA) Não aplicável à utilização desses indicadores para projetos que possuem somente lotes empresariais.

(NA*) Não aplicável à utilização desses indicadores para projetos que possuem somente lotes familiares.



10 Anexo II

ANEXO II

Anexo II - Área cultivada, produção e Valor Bruto de Produção (VBP) dos Projetos Públicos de Irrigação da Codevasf, no ano de 2025, por tipo de cultura.

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Temporária (ha)	Área Cultivada Permanente (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Temporária (t.)	Produção Permanente (t.)	Produção Total (t.)	VBP Temporária (R\$ Mil)	VBP Permanente (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
1ª SR/MG	Gorutuba	6	3.194	3.200	12	69.725	69.736	25	248.403	248.428
	Jaíba	3.314	9.390	12.703	53.813	250.291	304.105	96.038	369.158	465.196
	Lagoa Grande	-	1.077	1.077	-	9.410	9.410	-	22.255	22.255
	Pirapora	-	961	961	-	23.071	23.071	-	77.753	77.753
	Total	3.320	14.623	17.942	53.825	352.497	406.322	96.063	717.568	813.631
2ª SR/BA	Baixio de Irecê	2.512	108	2.620	14.558	234	14.792	17.829	382	18.210
	Barreiras Norte	68	832	900	1.940	10.193	12.133	4.557	23.163	27.720
	Ceraíma	64	372	436	762	5.499	6.261	759	12.449	13.208
	Estreito	461	1.364	1.825	12.262	19.692	31.954	8.335	39.451	47.786
	Formoso	316	8.366	8.682	5.335	224.141	229.476	7.377	448.935	456.312
	Mirrorós	132	966	1.099	746	18.002	18.748	1.086	24.758	25.845
	Nupeba	5	852	857	80	31.657	31.737	120	56.054	56.174
	Piloto Formoso	15	220	235	400	2.294	2.694	146	4.207	4.353
	Riacho Grande	6	677	684	65	20.428	20.493	78	34.513	34.591
	São Desidério-Barreiras Sul	186	1.189	1.375	1.945	14.128	16.074	12.593	5.859	18.452
Total	3.764	14.947	18.711	38.094	346.268	384.362	52.880	649.771	702.651	

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Temporária (ha)	Área Cultivada Permanente (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Temporária (t.)	Produção Permanente (t.)	Produção Total (t.)	VBP Temporária (R\$ Mil)	VBP Permanente (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
3ª SR/PE	Bebedouro	150	1.495	1.645	3.418	37.200	40.618	5.660	153.928	159.589
	Nilo Coelho	134	22.637	22.771	3.119	819.795	822.914	6.107	4.459.635	4.465.742
	Pontal Sul	195	1.136	1.331	4.605	21.698	26.303	5.209	92.652	97.861
	Total	478	25.268	25.747	11.142	878.693	889.835	16.976	4.706.215	4.723.191
4ª SR/SE	Betume	4.182	-	4.182	20.894	-	20.894	31.603	-	31.603
	Cotinguiba/Pindoba	1.355	232	1.587	11.447	3.525	14.972	11.915	4.835	16.750
	Jacaré-Curitiba	1.091	367	1.458	6.639	2.979	9.618	9.414	4.415	13.829
	Propriá	1.011	-	1.011	7.150	-	7.150	8.544	-	8.544
	Total	7.638	599	8.237	46.130	6.504	52.635	61.475	9.251	70.726
5ª SR/AL	Boacica	1.881	1.249	3.130	6.404	86.493	92.896	12.270	12.936	25.206
	Itiúba	1.276	10	1.286	10.643	850	11.493	16.703	119	16.823
	Marituba	73	83	156	560	7.468	8.028	839	1.050	1.889
	Total	3.230	1.342	4.572	17.606	94.811	112.417	29.812	14.105	43.917
6ª SR/BA	Curaçá	218	5.179	5.397	5.317	137.450	142.767	8.822	373.699	382.521
	Mandacaru	86	446	532	2.658	7.552	10.210	3.288	13.197	16.486
	Maniçoba	269	8.867	9.136	5.235	362.619	367.854	9.063	543.325	552.389
	Salitre	317	3.175	3.492	13.433	273.332	286.766	11.440	139.884	151.324
	Tourão	74	14.439	14.513	1.799	1.293.812	1.295.611	2.491	177.851	180.341
	Total	964	32.106	33.070	28.443	2.074.765	2.103.208	35.105	1.247.956	1.283.061

SR/UF	Projetos	Área Cultivada Temporária (ha)	Área Cultivada Permanente (ha)	Área Cultivada Total (ha)	Produção Temporária (t.)	Produção Permanente (t.)	Produção Total (t.)	VBP Temporária (R\$ Mil)	VBP Permanente (R\$ Mil)	VBP Total (R\$ Mil)
Sistema Itaparica	Apolônio Sales	16	702	717	265	23.281	23.546	503	25.470	25.973
	Barreiras (Bloco I e II)	61	575	636	1.076	18.535	19.612	1.775	19.575	21.350
	Brígida	494	691	1.185	7.460	15.619	23.078	14.586	28.780	43.367
	Fulgêncio	73	5.262	5.334	1.564	129.982	131.546	3.014	239.982	242.996
	Glória	250	290	540	4.755	7.036	11.792	3.966	8.477	12.443
	Icó Mandantes	713	869	1.582	17.835	23.135	40.970	32.970	28.685	61.655
	Manga de Baixo	21	21	42	283	178	461	459	436	895
	Pedra Branca	1.016	1.477	2.492	11.975	21.269	33.244	29.651	48.697	78.348
	Rodelas	4	1.519	1.523	0	45.302	45.302	0	30.898	30.898
	Total	2.647	11.405	14.052	45.213	284.338	329.551	86.923	431.002	517.925
TOTAIS		22.040	100.289	122.330	240.454	4.037.875	4.278.328	379.234	7.775.869	8.155.103

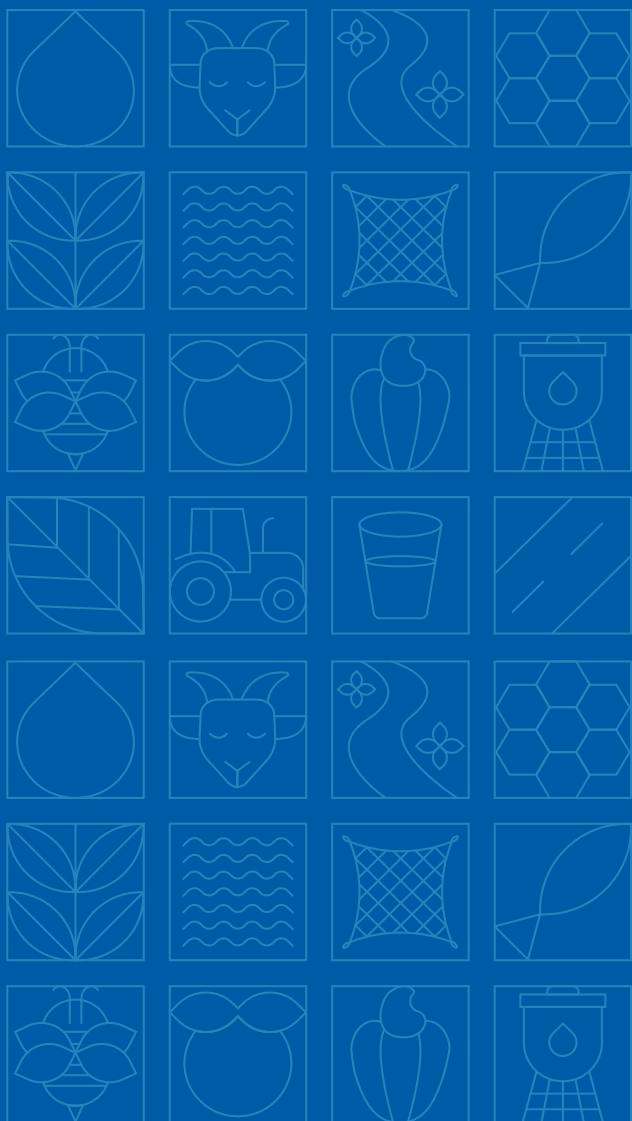
Fonte: 1ª GRI/URP; 2ª GRI/URP; 3ª GRI/URP; 4ª GRI/URP; 5ª GRI/URP; 6ª GRI/URP; Distrito de Irrigação Jaiba (DIJ); Associação dos Usuários do Projeto Pirapora (AUPPI); Associação dos Produtores Irrigantes da Margem Esquerda do Rio Gorutuba (ASSIEG); Distrito de Irrigação do Gorutuba (DIG); Distrito de Irrigação Formoso (DIF); Associação dos Produtores do Perímetro Irrigado de Formosinho (ASPPIF); Associação de Produtores do Barreiras Norte (APROBAN); Distrito de Irrigação dos Produtores Nupeba e Riacho Grande (DNR); Distrito de Irrigação do Perímetro Irrigado Mirorós (DIPIM); Distrito de Irrigação do Projeto São Desidério/Barreiras Sul (DISB); Distrito de Irrigação do Estreito (DIPE); Cooperativa Agrícola de Irrigação do Projeto Ceraima (COOPERC); Distrito de Irrigação Nilo Coelho (DINC); Distrito de Irrigação Bebedouro (DIB); Distrito de Irrigação de Cotinguiba-Pindoba (DICOP); Associação de Produtores de Propriá (APPRO); Distrito de Irrigação do Jacaré-Curituba (DIJAC); Distrito de Irrigação do Perímetro Itiuba (DIPI); Distrito de Irrigação do Boacica (DIB); União dos Produtores do Perímetro Irrigado Curaçá (UPROPIC); Distrito de Irrigação de Curaçá (DIC); Distrito de Irrigação de Maniçoba (DIM); Distrito de Irrigação de Mandacaru (DIMAND); Associação dos Usuários do Projeto de Irrigação Tourão (AUPIT); Distrito de Irrigação Salitre (DIS), 2025.

Unidade responsável: Gerência de Apoio à Produção Irrigada

Método de apuração: Coleta de dados a campo e coleta de dados no mercado local.

Responsável técnico: Distritos de irrigação, Associações, Unidades Regionais de Apoio à Produção e representantes da Codevasf na Organização de Produtores.

Periodicidade: Anual



Relatório de Gestão 2025

CODEVASF 



Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco
e do Parnaíba – Codevasf



SGAN 601 – Conjunto I – Edifício Deputado Manoel Novaes
CEP: 70.830-019 – Brasília-DF



(61) 2028-4611
(61) 2028-4660



www.codevasf.gov.br



presidencia@codevasf.gov.br